



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
IRI - PUC RIO

MARIANA AZEVEDO SOARES QUINTANILHA

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL:

Como mitigar seus impactos na relação Brasil-China

RIO DE JANEIRO
2023

MARIANA AZEVEDO SOARES QUINTANILHA

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL:
Como mitigar seus impactos na relação Brasil-China**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Diego Santos Vieira de Jesus

RIO DE JANEIRO
Dezembro de 2023

RESUMO

Este Policy Brief busca oferecer recomendações ao atual governo brasileiro para a mitigação do impacto deletério da ascensão da extrema-direita nas relações entre Brasil e China. Inicialmente, explora-se a ascensão da extrema direita globalmente e seu contexto internacional. Em seguida, é examinado o histórico das relações entre o Brasil e a China, identificando as origens do avanço da extrema direita no Brasil e destacando como essa ascensão ameaça a inserção internacional do país e as relações sino-brasileiras. O Policy Brief também aborda a política externa brasileira de desinformação e como ela afeta a relação com a China. Por fim, o foco recai nas recomendações para aprimorar a cooperação sino-brasileira e em como explorar novas formas de cooperação, que requer enfoque em uma comunicação transparente e confiável, fortalecendo canais diplomáticos e promovendo diálogos abertos. A análise da ascensão da extrema direita fornece o diagnóstico necessário para fundamentar essas recomendações. O objetivo final é contribuir para a preservação e o fortalecimento das relações sino-brasileiras, promovendo um entendimento mútuo e a cooperação em um cenário desafiador.

Palavras-chave: Ascensão da extrema-direita, Relações sino-brasileiras, Contexto internacional, Política externa brasileira e Cooperação Brasil-China.

ABSTRACT

This Policy Brief seeks to offer recommendations to the current Brazilian government for mitigating the deleterious impact of the rise of the extreme right on relations between Brazil and China. Initially, it explores the rise of the far right globally and its international context. It then examines the history of relations between Brazil and China, identifying the origins of the rise of the extreme right in Brazil and highlighting how this rise threatens the country's international insertion and Sino-Brazilian relations. The Policy Brief also addresses Brazil's foreign policy of disinformation and how it affects relations with China. Finally, it focuses on recommendations for adjusting Sino-Brazilian cooperation and how to explore new forms of cooperation, which requires a focus on transparent and trustworthy communication, strengthening diplomatic channels and promoting open dialogues. The analysis of the rise of the extreme right provides the necessary diagnosis to substantiate these recommendations. The ultimate goal is to contribute to the preservation and strengthening of Sino-Brazilian relations, promoting mutual understanding and cooperation in a challenging scenario.

Keywords: Rise of the far-right, Sino-Brazilian relations, International context, Brazilian foreign policy and Brazil-China cooperation.

Box 1: Principais resultados

1. A ascensão de movimentos e governos de extrema-direita, caracterizados por nacionalismo e conservadorismo social, representa uma tendência política global, incluindo a participação mais forte desses atores nas decisões nacionais e relações internacionais de diversos Estados, especialmente após a crise de projetos progressistas.
2. A partir do governo de Michel Temer, a política externa brasileira apresentou uma inflexão, priorizando relações com os Estados Unidos em detrimento da cooperação Sul-Sul, especialmente com a China, tendência intensificada durante o mandato do presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, apesar da influência econômica substancial da China sobre o Brasil.
3. As declarações de Bolsonaro, que refletiam discordância com a China e respaldo aos Estados Unidos, eram impulsionadas por considerações políticas e ideológicas e tinham o potencial de acarretar mais prejuízos do que benefícios para o Brasil.
4. Recomenda-se que o governo brasileiro mantenha um diálogo diplomático constante com a China, favorecendo uma comunicação aberta e construtiva que possa contribuir para a resolução de desacordos e a identificação de oportunidades de cooperação.
5. É preciso que o Itamaraty em parceria com o ministério das comunicações e a sociedade civil estabeleça um plano de combate à desinformação, particularmente as narrativas ultraliberais sino-conspiratórias, com o objetivo de promover a verdade e a objetividade nas relações bilaterais.

1. Introdução

1.1. Ascensão da extrema direita internacionalmente

A análise das características distintivas da extrema direita em diferentes países revela uma notável diversidade de alvos de hostilidade e estratégias políticas. Os atores caracterizados como "extrema direita" abarcam uma diversidade de figuras, incluindo líderes que ascendem ao poder, partidos políticos, grupos organizados na sociedade civil e cidadãos comuns que adotam essas ideias. Esta ampla categorização abrange diversas orientações políticas, desde partidos que mantêm uma relação ambivalente com passados fascistas e nazistas até aqueles que enfatizam ameaças percebidas do Islã, perigos à identidade nacional decorrentes de minorias étnicas ou uma agenda conservadora cristã tradicional (BLEE, 2007). No intuito de conquistar votos, muitos partidos de extrema direita empregam estratégias variadas, ajustando-se ao contexto e público específicos. Enquanto alguns expressam uma rejeição à democracia, outros aceitam a democracia, mas rejeitam o modelo liberal, ilustrando a complexidade e diversidade existentes dentro dessa categoria. A terminologia associada à extrema direita é extensa, incluindo expressões como "radical direita", "populismo de direita" e "ultradireita", refletindo as diferentes nuances e interpretações desse fenômeno complexo (MUDDE, 2014).

Ainda que as particularidades possam variar em consonância com o contexto cultural e político de cada nação (LOWY, 2019), é possível identificar algumas características que são compartilhadas pela maioria desses movimentos. Essas experiências ultradireitistas com frequência optam por identificar e sistematizar um "inimigo", sendo este elemento central em sua retórica. Tal "inimigo" pode englobar muçulmanos, imigrantes, minorias religiosas, bem como grupos de esquerda, movimentos feministas e a população LGBTQIAP+. Esta estratégia de criação de um "inimigo" é frequentemente empregada como um recurso para responsabilizar tais grupos pelos problemas enfrentados pela sociedade, possibilitando, dessa forma, que o governo forje uma narrativa que aponta um "bode expiatório" claro para seus seguidores (NUNES, 2022).

O nacionalismo é uma característica recorrente na retórica da onda ideológica, frequentemente manifestada por meio de slogans como "America First" nos Estados Unidos, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" no Brasil, entre outros (LOWY, 2019). Tal nacionalismo tende a ser acompanhado por uma xenofobia de cunho racista, na qual se promove a superioridade da identidade étnica ou cultural predominante em detrimento das

minorias. Em alguns casos, a extrema direita também adota uma abordagem de fundamentalismo religioso como parte de sua plataforma política. Esta postura pode englobar a promoção de valores religiosos específicos e a perseguição de minorias religiosas, como cristãos, judeus, ou outros grupos não hegemônicos. Além destas, é possível observar uma recorrência de práticas e discursos entre tais governos que defendem uma abordagem autoritária na aplicação da lei, endossando a violência policial ou militar como a única resposta adequada para os problemas sociais e o crime. Essa postura pode resultar em políticas de segurança rigorosas, frequentemente com consequências desproporcionais para grupos minoritários e marginalizados (LIMA, 2020).

Esses acontecimentos destacam uma preocupante tendência global em direção a lideranças políticas de extrema direita que desafiam os valores democráticos e promovem agendas conservadoras e populistas, fazendo com que a ascensão de governos extremistas promova um desafio tanto para a estabilidade política quanto para os direitos individuais em várias partes do mundo.

A ascensão de movimentos e governos caracterizados por um forte nacionalismo, autoritarismo e conservadorismo social em diversas regiões do mundo, incluindo na América Latina e no Brasil, representa uma tendência política marcante nas últimas décadas. A eleição de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos, e a subsequente eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, ambos com discursos polarizadores e agendas extremistas, ilustraram o fortalecimento de correntes políticas características da ultradireita.

Esses eventos foram acompanhados por movimentos semelhantes na Europa Ocidental (SOUZA, 2022, p. 17). Na França, Marine Le Pen, líder do Reagrupamento Nacional, alcançou o segundo lugar no primeiro turno das eleições presidenciais de 2017, demonstrando o avanço do populismo de direita na política francesa. Na Hungria, Viktor Orbán e seu partido Fidesz consolidaram o poder, adotando uma abordagem nacionalista e anti-imigração. Na Alemanha, o Alternativa pela Alemanha (AfD) emergiu como a terceira maior força política no Bundestag após as eleições gerais de setembro de 2017 (BBC, 2021).

Na América Latina, a tendência à extrema direita também se fez sentir. Jair Bolsonaro, apesar de ter perdido relevância internacional, permanece uma figura importante no cenário político brasileiro. No Chile, José Antonio Kast, que defende abertamente a ditadura de Augusto Pinochet e adota uma postura antiglobalista -- uma perspectiva ou ideologia que se opõe ou critica princípios associados à globalização, como a integração econômica, cultural e política em nível mundial -- e conservadora em questões de costumes e imigração, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais. Na Argentina, Javier Milei conquistou a presidência

da república argentina, buscando se equiparar a Bolsonaro e Trump. No Uruguai, o senador e general da reserva Guido Manini Rios mantém uma influência significativa em propostas para uma agenda militar conservadora na política. E já no Peru, Rafael López Aliaga é político com forte influência religiosa, crítico ferrenho da “ideologia de gênero” -- termo frequentemente usado por grupos de extrema direita para se referirem às teorias e políticas de gênero que promovem a ideia de que o gênero é uma construção social, e não simplesmente uma função do sexo biológico. Muitos da extrema direita -- outra maneira de se referenciar a chamada ultradireita -- utilizam o conceito para caracterizar uma ameaça às normas tradicionais de gênero e à família, alegando que tal “ideologia” promove a "confusão de gênero" e é prejudicial às sociedades.

1.2.Histórico das relações Brasil -China

O avanço da extrema direita em países como o Brasil teve um impacto significativo nas relações bilaterais com a República Popular da China nos últimos anos. Para entender esses impactos, é necessário primeiro recordar os caminhos que levaram à sólida relação sino-brasileira que observamos hoje.

A primeira fase das relações entre o Brasil e a China, que abrangeu o período desde a fundação da República Popular da China em 1949 até a assinatura do acordo de reconhecimento diplomático em 1974, foi caracterizada por objetivos substanciais de ambos os lados. A China estava determinada a prosseguir com sua política de libertação nacional -- processo que levou à fundação da República Popular da China em 1949 e uma mudança política e econômica significativa, incluindo reformas agrárias, coletivização, nacionalização de empresas estrangeiras e modernização, além de alinhar o país com a União Soviética durante a Guerra Fria--, enquanto o Brasil buscava expandir sua lista de parceiros comerciais e aumentar sua influência internacional. Isso envolveu o fortalecimento das relações com países latino-americanos, a integração com a Europa e os Estados Unidos, a promoção de laços com nações de língua portuguesa na África e uma participação mais ativa em organizações internacionais. O Brasil procurava diversificar suas relações e desempenhar um papel mais proeminente na política global. Um ponto culminante dessa fase embrionária foi a visita do Vice-Presidente João Goulart à China em 1961, marcando a primeira visita oficial de um líder brasileiro ao país asiático (BECARD, 2011), na qual foram debatidos tópicos como cooperação bilateral, política internacional durante a Guerra Fria, desenvolvimento econômico, assuntos regionais e

cooperação técnica. Dessa forma, a visita teve o potencial de fortalecer as relações entre os dois países e abrir portas para futuras colaborações.

O Brasil, por sua vez, também demonstrou interesse em se aproximar da China no início dos anos 1960, apesar das diferenças ideológicas que existiam. Argumentava-se que essas divergências não deveriam constituir um obstáculo para o estabelecimento de relações com todas as nações (BECARD, 2011). No entanto, com a ascensão do regime militar brasileiro em 1964, durante suas primeiras gestões, ocorreu uma mudança significativa na política externa, caracterizada pelo alinhamento automático com os Estados Unidos e pela ruptura das relações diplomáticas com a China, motivada por perspectivas discriminatórias e anticomunistas.

Na década de 1970, a aproximação entre os EUA e a República Popular da China, no contexto da diplomacia triangular de Henry Kissinger, foi uma mudança significativa na política internacional da Guerra Fria. Kissinger buscou equilibrar o poder ao manter relações com a União Soviética e, ao mesmo tempo, se aproximar da China comunista. Isso resultou em uma histórica visita de Nixon à China, o estabelecimento de relações diplomáticas e a abertura da China para o mundo. A diplomacia triangular aliviou as tensões entre os EUA e a União Soviética, contribuindo para um período de relativa estabilidade e desempenhando um papel fundamental na transformação do cenário global (KISSINGER, 2012). Diante desse cenário, diversos fatores propiciaram uma reaproximação entre Brasil e China. Entre eles, destacava-se a redução do apoio chinês a movimentos revolucionários na América Latina, o que estava em consonância com as preferências do regime militar brasileiro. Adicionalmente, a China almejava encerrar seu isolamento diplomático no cenário internacional, o que se traduziu em uma abertura para uma diplomacia estratégica de governo a governo, comprometendo-se a respeitar o princípio de não-intervenção em assuntos internos, um preceito também adotado pela diplomacia brasileira.

No entanto, mesmo com o restabelecimento oficial das relações diplomáticas entre Brasil e China em 1974, durante a presidência do General Ernesto Geisel (1974-1979), as relações bilaterais avançaram lentamente nos primeiros anos após essa retomada (HOLANDA, 2016). As grandes distâncias geográficas, as diferenças culturais e o conhecimento limitado das realidades nacionais constituíram obstáculos para um progresso mais rápido. Somente com a assinatura do primeiro Acordo Comercial em 1978 é que a corrente de comércio entre ambos os países começou a crescer gradualmente, passando de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. As exportações brasileiras para a China, nesse momento, eram dominadas por produtos primários, como algodão, açúcar e farelo de soja, que representavam 50% do total. Por outro lado, os produtos chineses mais importados pelo Brasil eram

predominantemente elementos químicos e farmacêuticos, que constituíam 67% do total (BECARD, 2011).

Durante a década de 1980, a China adotou uma política externa para a América Latina que visava contribuir para seu próprio desenvolvimento nacional. Esta estratégia foi delineada em um contexto de rápido crescimento econômico chinês, caracterizado pela demanda crescente por recursos naturais e mercados de exportação. Para alcançar seus objetivos, a China buscou garantir o acesso a recursos naturais abundantes na América Latina, como matérias-primas, minerais e recursos energéticos, a fim de atender às necessidades de sua crescente economia e fortalecer sua segurança energética. Além disso, a China estabeleceu laços diplomáticos, investiu em projetos de infraestrutura e firmou acordos comerciais, contribuindo para seu crescimento econômico e status como ator global relevante (HEARN; LEÓN-MANRÍQUEZ, 2011). Isso resultou na assinatura de mais de 20 acordos bilaterais com o Brasil, abrangendo áreas como ciência e tecnologia, energia nuclear, cooperação cultural e educacional, o que permitiu a institucionalização das relações bilaterais e a definição de uma base para futuras ações.

As visitas do Presidente João Figueiredo à China em 1984, a primeira de um chefe de Estado e de Governo brasileiro ao país asiático, e do Presidente José Sarney em 1988 marcaram o fechamento do ciclo embrionário de uma década e o início de uma era de cooperação efetiva nas relações sino-brasileiras (BECARD, 2011), apesar dos desafios econômicos e eventos políticos que afetariam ambos os países nas décadas seguintes. No Brasil, isso incluiu períodos de instabilidade econômica, mudanças de governo, crises financeiras e problemas estruturais. Na China, apesar do rápido crescimento econômico, houve desafios como reformas políticas e sociais, questões relacionadas aos direitos humanos e ajustes na transição de uma economia mais centralizada para uma economia mais orientada para o mercado.

Na década de 1990, a política externa brasileira priorizou a abertura econômica, buscando uma maior integração na economia global por meio da adesão ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e o estreitamento das relações com os Estados Unidos. Além disso, o país se envolveu na mediação de conflitos regionais, como a Guerra Civil de El Salvador, e destacou questões ambientais, com foco na proteção da Amazônia e nas negociações sobre mudanças climáticas. Essas prioridades refletiram as transformações no cenário internacional e a crescente interdependência entre nações naquela década. (CERVO, 1994)

À medida que surgiram crises financeiras e reformas internas, o Brasil também enfrentou dificuldades em expandir sua cooperação com a China. Mesmo após a superação do isolamento chinês nos primeiros anos da década de 1990, persistiram desafios nas relações sino-brasileiras,

com um diálogo político-diplomático estabelecido e um amplo conjunto de acordos jurídico-institucionais sustentados por mais de 50 atos bilaterais, convivendo com relações comerciais modestas e cooperação científica e tecnológica sujeita a sérios problemas financeiros. Faltava uma decisão clara por parte do Brasil para ampliar e diversificar sua inserção internacional, além de articular um programa abrangente e integrado para promover laços mais estreitos com a China. O Brasil dependia fortemente da exportação de commodities para o país asiático, o que limitava a diversificação das relações comerciais. Além disso, problemas financeiros e crises econômicas afetaram a capacidade do Brasil de investir em cooperação científica e tecnológica com a China, as instabilidades econômicas internas, como crises cambiais e déficits fiscais, muitas vezes limitaram os recursos disponíveis para iniciativas de pesquisa e desenvolvimento.

Esses desafios econômicos e financeiros dificultavam a expansão das relações bilaterais para além do comércio de commodities, impedindo o desenvolvimento de parcerias mais sofisticadas em setores de tecnologia e inovação. A falta de uma estratégia clara de inserção internacional, a coordenação interna inadequada e barreiras não tarifárias também desafiaram o fortalecimento das relações bilaterais. (HIRATUKA; SARTI, 2016). No entanto, a partir de 1993, o Brasil procurou conciliar novas parcerias internacionais, incluindo a chinesa, com as relações tradicionais com países desenvolvidos. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um foco nas relações com a China, tanto em termos comerciais quanto em investimentos empresariais conjuntos e projetos de ciência e tecnologia.

A virada do milênio testemunhou um crescimento substancial no comércio sino-brasileiro, impulsionado pelo fim do Plano Real no Brasil e pela superação da crise financeira na Ásia, além do surgimento de novos fluxos de crescimento na China. Entre 2000 e 2004, as compras chinesas no Brasil aumentaram impressionantes 351,8%, enquanto as compras brasileiras na China cresceram 106%, consolidando a China como o quarto principal parceiro comercial do Brasil. Um grande número de exportações brasileiras para a China consistia em matérias-primas e alimentos, incluindo minério de ferro, aço e produtos agropecuários, que juntos representavam mais de 70% das vendas em 2004. A ênfase brasileira no agronegócio continuou ao longo do tempo, e houve esforços para expandir o acesso ao mercado chinês para outros produtos agrícolas, como carne (HIRATUKA; SARTI, 2016).

No que diz respeito a investimentos, parte dos lucros obtidos pelas empresas brasileiras e chinesas por meio de suas exportações foi direcionada ao financiamento de novos empreendimentos, tanto na China quanto no Brasil, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção das empresas e melhorar a infraestrutura e o transporte. Assim, nos primeiros anos

do século XXI, a forte cooperação econômica e comercial entre Brasil e China se destacou, tornando-se a área mais frutífera das relações bilaterais.

No final da primeira década do século XXI, não restavam dúvidas de que o crescimento econômico da China havia aberto várias oportunidades para os sul-americanos, especialmente nas áreas de energia, minerais e produtos agropecuários. No final da primeira década do século XXI, tornou-se evidente que o robusto crescimento econômico da China estava gerando diversas oportunidades para os países sul-americanos, em particular, nas áreas de energia, mineração e produtos agropecuários. Esse fenômeno estava intimamente relacionado com a introdução do chamado "capitalismo de Estado" chinês, que se destacou como um conceito fundamental para entender o impacto da China em sua inserção internacional.

O "capitalismo de Estado" refere-se a uma abordagem econômica na qual o Estado desempenha um papel significativo na economia, muitas vezes atuando como proprietário ou controlador de empresas e recursos-chave. A China, por meio de suas empresas estatais e fundos de investimento estatais, desempenhou um papel proeminente na aquisição de ativos em todo o mundo, incluindo em países sul-americanos (BRAUTIGAM, 2015). Essa estratégia visa principalmente a garantir acesso a recursos naturais, diversificar investimentos e fortalecer a presença econômica global da China. No entanto, esse modelo de expansão econômica chinesa tem sido alvo de diversas críticas.

Uma crítica comum é a preocupação com a dependência econômica dos países receptores em relação à China. A aquisição de ativos estratégicos, como recursos naturais e infraestrutura, pode gerar uma dependência desigual, dando à China influência significativa sobre as políticas e economias desses países. Além disso, há preocupações sobre a transparência e as práticas comerciais associadas aos investimentos chineses, levantando questões sobre a equidade e os benefícios reais para as economias locais. Outra crítica está relacionada à competição desigual, especialmente em setores-chave. As empresas estatais chinesas, muitas vezes apoiadas por subsídios e orientações do governo, podem ter vantagens competitivas sobre empresas locais, prejudicando a concorrência no mercado (BRAUTIGAM, 2015). Isso pode resultar em impactos negativos para as indústrias locais e para a capacidade dos países sul-americanos de controlar seus próprios recursos estratégicos. Além disso, as preocupações ambientais também surgem, já que a busca por recursos naturais pode levar a práticas não sustentáveis, impactando ecossistemas locais e contribuindo para problemas ambientais.

Esse cenário teve implicações profundas nas relações econômicas e comerciais, na medida em que a China se tornou um grande comprador de matérias-primas da América do Sul, contribuindo para o crescimento de suas economias exportadoras de commodities. Além

disso, o capitalismo de Estado chinês influenciou as dinâmicas políticas e comerciais na região, uma vez que os governos sul-americanos buscaram equilibrar seus interesses econômicos com a China com questões de soberania e segurança (BRAUTIGAM, 2015). A presença econômica chinesa na América do Sul se traduziu em uma maior interdependência, mas também suscitou preocupações em relação à dependência de commodities e à capacidade da China de influenciar questões políticas regionais.

Nesse contexto, a ideia de "autonomia pela diversificação" se fez notória na trajetória da política externa brasileira nos dois primeiros mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2011). Esta estratégia visava diversificar as parcerias comerciais do Brasil, reduzindo a dependência de mercados tradicionais, como os Estados Unidos e a União Europeia, e estabelecendo novas relações, particularmente com nações em desenvolvimento, como a China. A diversificação visava fortalecer a autonomia do Brasil na política externa, garantindo maior flexibilidade e resiliência diante de desafios econômicos e políticos no cenário internacional. (CELALUNI; VIGEVANI, 2007). Isso refletiu a busca por uma abordagem mais independente e estratégica nas relações exteriores do Brasil durante esse período.

Os investimentos chineses no Brasil nessa época se tornaram cada vez mais numerosos e diversificados, mesmo que enfrentassem desafios em termos de execução aquém das expectativas iniciais. Até que, em 2019 a China se estabeleceu como o principal mercado para as exportações brasileiras e o principal investidor no Brasil, com exportações atingindo US\$ 30 bilhões e importações alcançando US\$ 26 bilhões (CEBC, 2021).

A partir de 2013, a conjuntura internacional instável e as turbulências políticas no Brasil culminaram no processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016, o que provocou um notório desgaste na imagem internacional do país. A partir do governo de Michel Temer (2016-2018), observou-se uma inflexão nas diretrizes da política externa brasileira, caracterizada por uma abordagem menos diversificada e mais ideologicamente orientada, com um foco renovado nas relações com os Estados Unidos em detrimento da cooperação Sul-Sul, notadamente com a China (LIMA; VERÍSSIMO, 2021, P. 24). Essa mudança pode ser atribuída a vários fatores. O governo de Temer buscava um realinhamento estratégico com potências tradicionais, como os Estados Unidos, visando fortalecer laços econômicos e políticos. Além disso, a orientação ideológica do novo governo influenciou a priorização de relações que compartilhavam perspectivas políticas e econômicas similares.

Diante da ascensão do presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro intensificou essa orientação pró-EUA, mesmo que dados relativos a investimentos externos e comércio

internacional indicassem que a China exercia uma influência econômica muito mais substancial sobre o Brasil em comparação com os Estados Unidos. A relação Brasil-China experimentou tensões diplomáticas, em parte devido à retórica anti-China utilizada pelo governo Bolsonaro, que ecoou elementos radicais e negacionistas proferidos pelo ex-presidente norte-americano Donald Trump. Questões como a origem do vírus da COVID-19, o regime político chinês e tópicos relacionados ao leilão nacional do 5G e às vacinas tornaram-se fontes de controvérsia na relação bilateral (LIMA; VERÍSSIMO, 2021, P. 24), como é possível observar no Box 2.

Box 2 Diplomáticas Amplificadas por Alegações Sobre a Origem da COVID-19 e Disputas Tecnológicas de 5G

Tanto Bolsonaro quanto Trump levantaram dúvidas sobre a origem do vírus SARS-CoV-2, que causa a COVID-19, insinuando que o Instituto de Virologia de Wuhan, na China, poderia ter alguma responsabilidade. Essas alegações foram amplamente contestadas e resultaram em tensões diplomáticas.

Além disso, Bolsonaro fez comentários controversos sobre a China em várias ocasiões. Por exemplo, ele já se referiu ao vírus como o "vírus chinês" e fez declarações que desagradaram o governo chinês. Tais comentários contribuíram para a deterioração das relações. Além disso, a decisão do governo brasileiro de adiar o leilão nacional da tecnologia 5G também gerou tensões. Os EUA pressionaram o Brasil a não permitir que a empresa chinesa Huawei participasse do desenvolvimento da infraestrutura 5G do país, argumentando preocupações com segurança cibernética.

Fontes: FOLHA DE S. PAULO, 2021. ÉL PAÍS, 2020. O GLOBO, 2021

1.3.Origens do avanço da extrema direita no Brasil

A ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018 foi influenciada por uma série de fatores políticos, econômicos e sociais. Uma análise crítica desse fenômeno revela uma complexa interação entre o poder do grande capital internacional, a transnacionalização de setores da burguesia nacional, a crise econômica global e os movimentos sociais de protesto.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embora tenha implementado políticas que favoreceram o grande capital internacional, também

buscou a inclusão de setores da burguesia nativa em seu projeto político, conceito mais aprofundado no Box 3. Isso se refletiu na expansão de setores como a construção civil, com destaque para as empreiteiras, que se beneficiaram das políticas de infraestrutura do governo (ANTUNES, 2015).

Box 3 Burguesia Nacional vs. Capitalismo Global

O conceito de "burguesia nativa" proposto por Ricardo Antunes refere-se a uma classe empresarial local, composta por empresários e industriais nacionais, que desempenha um papel na economia e na política de um país. A ênfase desse conceito está na sua origem nacional, ou seja, naqueles que têm raízes no país e controlam setores da economia interna. A "burguesia nacional", por sua vez, é uma extensão desse conceito e se refere a essa mesma classe empresarial local, mas enfatiza seu papel na promoção de interesses nacionais, como o desenvolvimento econômico interno e a independência econômica em relação a influências estrangeiras.

A diferenciação entre "burguesia nacional" e "burguesia do capitalismo internacional" está relacionada ao grau de conexão e alinhamento dessas classes empresariais com a economia global. A "burguesia nacional" prioriza os interesses econômicos internos e a industrialização local, enquanto a "burguesia do capitalismo internacional" está mais alinhada com as forças globais do mercado, buscando lucro em escala internacional e muitas vezes dependendo de investimentos estrangeiros.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve uma interrelação complexa entre essas duas facções da burguesia brasileira. O governo Lula adotou políticas que buscaram promover o crescimento econômico e reduzir a desigualdade social, o que criou oportunidades de expansão para a "burguesia nacional". No entanto, também promoveu políticas de abertura econômica e integração global, o que beneficiou a "burguesia do capitalismo internacional". Essa interação complexa resultou em uma combinação de interesses nacionais e internacionais que moldaram a política econômica e comercial do governo Lula. Enquanto setores da "burguesia nacional" apoiavam medidas que estimulassem o mercado interno e a industrialização, a "burguesia do capitalismo internacional" buscava maior integração nos mercados globais.

A crise econômica internacional, que afetou não apenas os países do Norte, mas também o BRICS (grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que busca promover a cooperação econômica e política entre essas nações em desenvolvimento), incluindo o Brasil, teve um impacto significativo na base social de apoio aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O pacto político que o PT havia construído com setores da burguesia e da classe trabalhadora começou a se desfazer à medida que a crise econômica se agravava. O PT, que originalmente aspirava à autonomia de classe e à independência política, teve que fazer concessões para manter sua coalizão política (ANTUNES, 2015).

Além disso, a ascensão da extrema direita no Brasil foi influenciada por denúncias de práticas ilícitas feitas pela Operação Lava Jato (ANTUNES, 2015). Esses escândalos minaram a confiança da população na política tradicional e alimentaram o descontentamento com o governo. As manifestações de junho de 2013 foram um marco nesse contexto. Elas foram motivadas inicialmente pelo aumento da cobrança pelo transporte público, e posteriormente, em parte, pela percepção de que o modelo político e econômico que vinha sendo desenvolvido no Brasil desde a década de 1990 estava esgotado, como é abordado no Box 4. A população trabalhadora e jovem protestou contra a privatização e precarização dos serviços públicos, bem como contra o uso de recursos públicos na construção de estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014. As manifestações também refletiram o contexto internacional de protestos populares e descontentamento com as formas tradicionais de representação política, por exemplo, com os movimentos Occupy, que buscavam criticar a desigualdade econômica, e os protestos da Primavera Árabe, que buscavam transformações políticas e sociais em países do Oriente Médio e Norte da África.

Box 4 Junho de 2013: Das Passagens à Mudança Estrutural

O processo de mudança de foco das manifestações de junho de 2013 foi impulsionado pelo fato de que o aumento das passagens foi apenas o gatilho para uma insatisfação mais ampla da população. As redes sociais desempenharam um papel fundamental na disseminação dos protestos e na mobilização de uma ampla gama de pessoas de diferentes origens. À medida que os protestos ganharam força, as demandas se expandiram, passando de questões específicas para uma expressão generalizada de insatisfação com a qualidade dos serviços públicos, o alto custo de vida, a corrupção e a falta de representatividade política. O governo brasileiro respondeu com concessões, incluindo a reversão do aumento das tarifas, demonstrando que as vozes dos manifestantes estavam sendo ouvidas e que suas preocupações eram mais profundas do que se pensava inicialmente. Em última análise, as manifestações de junho de 2013 foram um marco que refletiu o desejo de mudanças significativas no sistema político e econômico do Brasil.

Fonte: SOUZA, 2014

As manifestações de 2013 também viram o surgimento de grupos de direita conservadora, alguns com inclinações protofascistas e fascistas, que defenderam abertamente a ditadura militar e expressaram valores conservadores das classes médias tradicionais. Isso marcou o início de uma disputa pela hegemonia política no país, ou seja, uma disputa em busca da influência e/ou do domínio de determinada ideologia, grupo político ou classe social sobre as instituições e processos políticos da sociedade brasileira. As manifestações de descontentamento eram diversas e refletiam uma ampla gama de insatisfações, originando-se em estratos sociais variados. De um lado, observamos um ciclo de protestos, revoltas e greves que tinham uma orientação mais à esquerda, expressando preocupações relacionadas à justiça social, aos direitos trabalhistas e à qualidade dos serviços públicos. Por outro lado, também começaram a surgir manifestações de perfil claramente conservador e à direita. Estes grupos expressavam valores e preocupações associados a uma visão mais tradicional da sociedade, muitas vezes defendendo a ordem e a segurança, e rejeitando o ativismo de esquerda. (ANTUNES, 2015).

A crise na democracia representativa brasileira, que se intensificou em 2016 com o impeachment de Rousseff, trouxe consigo uma aceleração na negação dos direitos e garantias dos trabalhadores estabelecidos na Constituição de 1988. A queda de Rousseff, promovida por

grupos políticos do chamado "centrão", liderados por Michel Temer, que era então vice-presidente em aliança com o PT, marcou um ponto de virada na política nacional (NETO, 2022). Esse processo representou uma transição de poder e uma mudança de liderança no país, refletindo a intensa polarização política e a insatisfação pública com o governo. A ascensão de Temer à presidência trouxe consigo uma série de mudanças na política brasileira, incluindo reformas econômicas que buscavam equilibrar o orçamento e atrair investimentos estrangeiros. No entanto, essas reformas também impactaram os direitos e garantias dos trabalhadores, com a implementação de reformas trabalhistas e previdenciárias. Além disso, houve cortes de gastos em programas sociais e na área de educação, afetando os direitos sociais dos brasileiros.

Os integrantes do "centrão", muitas vezes caracterizados como políticos pragmáticos e oportunistas, carentes de uma ideologia definida, tendem a aliar-se com aqueles que concedem favores, cargos públicos e recursos públicos para satisfazerem seus interesses pessoais (NETO, 2022). Sob a justificativa da "governabilidade", os governos eleitos frequentemente se tornam reféns desses grupos, comprometendo a independência de suas ações políticas. Como a democracia brasileira muitas vezes se limita a uma forma representativa, a população pode se sentir passiva e excluída da esfera pública, enquanto esses grupos de influência operam nos bastidores.

O fenômeno do "centrão" – com suas nuances e características mais aprofundadas no Box 6 -- ganhou força após o impeachment de Dilma Rousseff, o que foi justificado em parte pela narrativa de combate à corrupção. Essa narrativa encontrou eco no inconsciente coletivo conservador da classe média brasileira, fenômeno este melhor abordado no Box 5. Nesse contexto, elites financeiras, muitas vezes associadas à corrupção, e políticos do "centrão" passaram a adotar um discurso de mudança no sistema político (NETO, 2022, P. 24). Esse discurso foi amplamente difundido pelos meios de comunicação, contribuindo para a ascensão de candidatos como Jair Bolsonaro.

Box 5 A Formação Complexa do Inconsciente Coletivo Conservador na Classe Média Brasileira

O desenvolvimento do inconsciente coletivo retrocessista e conservador na classe média brasileira é um fenômeno multifacetado influenciado por fatores históricos, sociais e políticos. Esta mentalidade tem raízes profundas na herança da colonização portuguesa, que estabeleceu uma cultura hierárquica e paternalista. Além disso, a desigualdade socioeconômica acentuada no Brasil levou a classe média a buscar a preservação de seus privilégios, o que, por sua vez, pode resultar em uma visão conservadora e resistente a mudanças que possam ameaçar esses privilégios. O legado da ditadura militar, a influência da religião na formação de valores morais e a polarização política recente também contribuíram para a formação desse inconsciente coletivo, que se tornou evidente em contextos políticos e sociais variados.

Esse inconsciente coletivo, entretanto, não é uniforme e não representa todas as vozes da classe média brasileira. É fundamental compreender que ele evolui e se adapta ao longo do tempo em resposta a eventos e contextos políticos em constante mudança. A complexidade do desenvolvimento desse fenômeno destaca a necessidade de uma análise aprofundada das influências históricas e sociais que moldaram a mentalidade conservadora da classe média brasileira, bem como sua interação com eventos políticos contemporâneos que a destacaram nos debates públicos.

Fonte: SOUZA, 2017

Box 6 Desmistificando o 'Centrão' na Política Brasileira

É importante notar que nem todos os políticos do "centrão" compartilham os valores e princípios da extrema direita. Na verdade, muitos políticos desse grupo se posicionaram de forma oposta em questões que afetavam seus próprios interesses. É essencial evitar a confusão do foco ao analisar o papel do "centrão" na política brasileira, reconhecendo que ele é um grupo diversificado, com membros que adotam uma variedade de posições políticas e que suas ações podem ser moldadas por diferentes interesses e perspectivas políticas. O termo "Centrão" não se refere a um partido político específico, mas sim a um grupo de partidos e políticos que geralmente buscam influenciar e negociar poder no contexto político brasileiro. O Centrão é conhecido por sua capacidade de agir como um bloco coeso em decisões e votações importantes.

A composição exata do Centrão pode variar ao longo do tempo, pois partidos e políticos podem se aliar ou desvincular-se do grupo conforme as circunstâncias políticas e as negociações em curso. Alguns partidos frequentemente associados ao Centrão incluem o Progressistas (antigo PP), o Partido Liberal (PL), o Solidariedade (SD), o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e outros.

É importante observar que o Centrão não é uma entidade formal com filiação ou estrutura organizacional específica. Em vez disso, é uma coalizão informal baseada em interesses políticos e na busca por influência dentro do sistema político brasileiro.

Fonte: DELGADO, 2023

Bolsonaro, durante sua campanha presidencial, se apresentou como alguém que atacaria a "velha política" e propunha uma nova forma de fazer política, embora não tenha definido claramente como isso se concretizaria. Esse apelo à renovação política atraiu eleitores insatisfeitos com as promessas não cumpridas pelos políticos tradicionais, especialmente em meio às denúncias de corrupção envolvendo governos do Partido dos Trabalhadores.

No entanto, à medida que Bolsonaro assumiu a presidência e seu governo avançou, a polarização política persistente e a necessidade de construir alianças no Congresso muitas vezes levaram a negociações e acordos que não correspondiam inteiramente à imagem de ruptura com a política tradicional que foi promovida durante a campanha. Isso gerou debates e divisões entre seus apoiadores sobre a extensão da transformação real que estava ocorrendo na política brasileira. Dessa forma, é possível argumentar que a "nova política" de Bolsonaro era,

em grande parte, uma estratégia de persuasão política em vez de um projeto político sólido e coerente. Essa ambiguidade não implica necessariamente que as circunstâncias fizeram Bolsonaro mudar suas visões, pois muitas das promessas reacionárias já eram anunciadas durante a campanha presidencial. Em vez disso, a "nova política" de Bolsonaro muitas vezes serviu como um rótulo conveniente para consolidar apoio e atrair eleitores, sem que houvesse uma clara articulação de políticas e planos concretos para efetivar essa mudança. (NETO, 2022) A ambiguidade em torno do termo pode, portanto, ter mascarado a falta de um programa político substancialmente diferente, uma vez que a retórica reacionária e conservadora sempre fez parte de sua plataforma, mesmo antes de sua eleição.

Em resumo, o apelo à renovação política desempenhou um papel fundamental na ascensão de Bolsonaro ao poder, refletindo a insatisfação de uma parte da população com a “política tradicional” e a busca por uma abordagem diferente. No entanto, as promessas vazias de reestruturação política frequentemente serviram como uma etiqueta conveniente para consolidar apoio e atrair eleitores, sem que houvesse uma articulação clara de políticas e planos concretos para efetivar essa mudança. Os discursos reacionários, conservadores e extremistas permearam sua campanha e continuaram a perpetuar ameaças ao bem-estar social e polarização política durante todo seu governo, além de impactar diretamente todas as esferas sociais institucionais do Estado e suas relações exteriores.

1.4. Relações sino-brasileiras ameaçadas: impactos na inserção internacional do Brasil

A política externa do Brasil tem sido historicamente influenciada por sua posição como uma potência regional na América do Sul, com fronteiras compartilhadas com 10 países vizinhos. No entanto, nos últimos anos, a dinâmica das relações internacionais do país tem passado por transformações notáveis. Sob a liderança de Bolsonaro, o Brasil direcionou seu foco para questões internas, buscando abordar desafios socioeconômicos e institucionais urgentes. Entre esses desafios, destacam-se preocupações ideológicas relacionadas a políticas de conservadorismo, segurança e valores culturais. Além disso, a reeleição em 2022 era uma prioridade significativa, e o governo estava usando a política externa como uma ferramenta para fortalecer sua posição no cenário político interno (PRINSLOO, 2019).

A postura contrária à globalização, termo que frequentemente assume uma abordagem conspiracionista no discurso extremista de direita¹, adotada por Bolsonaro ficou evidente em sua forte rejeição a instituições multilaterais liberais e tratados internacionais. Ele ameaçou sair de alguns deles, como o Acordo de Paris sobre o Clima e a Organização Mundial da Saúde (OMS), e retirou-se de acordos como o Pacto Global para a Migração da ONU. A administração de Bolsonaro também se afastou de nações do Sul Global e demonstrou pouco interesse em fóruns de cooperação Sul-Sul, como o BRICS. Além disso, desvinculou-se das agendas de organizações regionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e criticou algumas instituições regionais, considerando a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) como uma iniciativa "bolivariana" e socialista promovida pelo Partido dos Trabalhadores, o que levou à saída do Brasil dessa organização, assim como da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Bolsonaro também não demonstrou grande interesse no Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), que foi criado em 2019 para substituir a UNASUL e promover a integração regional e a cooperação entre os países sul-americanos além de impulsionar o desenvolvimento e a cooperação em áreas como economia, infraestrutura e segurança, contando com o apoio do Chile e da Colômbia (JESUS, 2022).

Uma mudança importante foi o realinhamento da política externa brasileira em direção aos Estados Unidos, mais especificamente, a aproximação política-ideológica com seu presidente naquele momento, Donald Trump. O presidente Bolsonaro manifestou o desejo de fortalecer as relações bilaterais com os EUA, sinalizando uma mudança em relação às administrações anteriores, frequentemente vistas como mais críticas em relação aos EUA. Isso se reflete em posições políticas que se assemelham às adotadas pela administração Trump em várias questões de política internacional. Além disso, o Brasil passava a adotar uma diplomacia com uma base moral recalibrada, enfatizando a ameaça representada por regimes não democráticos que “exportam instabilidade e opressão” (PRINSLOO, 2019, P. 6).

Em primeiro lugar, o respeito à soberania nacional foi uma característica proeminente dessa base moral. O governo Bolsonaro enfatizou a não-intervenção em assuntos internos de outros países, refletindo uma postura conservadora que valoriza a autonomia das nações, independentemente de suas práticas políticas. Além disso, a postura anticomunista e antissocialista era evidente na diplomacia do governo Bolsonaro, com regimes não

¹ Nesse contexto, a globalização é muitas vezes vista como um plano maligno orquestrado por elites globais para minar a soberania nacional e impor uma agenda progressista, como a promoção dos direitos humanos e do combate às mudanças climáticas. Essa visão teórica enfatiza a desconfiança em relação a organizações internacionais, como a ONU, e acredita que o globalismo é uma ameaça à identidade, valores e autonomia dos países, contribuindo para uma narrativa anti-globalização e nacionalista.

democráticos frequentemente associados a “ideologias de esquerda”. Essa perspectiva conservadora via o socialismo como uma ameaça à ordem e à estabilidade (PRINSLOO, 2019). A abordagem pró-Israel também era um elemento notável, refletindo uma perspectiva que via Israel como um aliado em questões relacionadas à segurança e à estabilidade na região do Oriente Médio. Os valores cristãos desempenharam um papel importante na diplomacia do governo Bolsonaro, com o governo adotando posições em questões como direitos LGBTQ+ e aborto que estavam alinhadas com visões conservadoras sobre moral e família. A oposição à chamada "ideologia de gênero" em políticas públicas e educação refletia uma posição que defendia papéis de gênero tradicionais. Por fim, a ênfase nos valores ocidentais, incluindo democracia e direitos individuais, estava em sintonia com a perspectiva que valoriza as tradições democráticas e liberais do Ocidente.

A relação entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump revelou uma afinidade ideológica fundamentada em orientações políticas conservadoras e nacionalistas. Tal sinergia ideológica impulsionou a cooperação bilateral, especialmente no tocante às discussões acerca de um acordo comercial e à atuação conjunta contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela. Contudo, a parceria enfrentou desafios, destacados por disputas comerciais e divergências concernentes a questões ambientais e à postura frente à República Popular da China. A eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, com sua abordagem política distinta, reconfigurou o panorama das relações bilaterais, enfatizando a volatilidade inerente a essas relações no atual contexto político global. Isso incluiu um retorno ao compromisso com o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, uma abordagem mais cooperativa na resposta à pandemia de COVID-19, um maior foco nos direitos humanos e uma busca por equilíbrio entre competição e cooperação na relação com a China. (VALOR ECONÔMICO, 2023) Isso implicava reconhecer a competição em certos aspectos, como questões comerciais e geopolíticas, ao mesmo tempo em que procurava áreas de cooperação, como enfrentamento de desafios globais, saúde pública e mudanças climáticas. O objetivo foi manter uma postura pragmática que reconhecesse interesses divergentes, mas também identificasse áreas de convergência para promover a estabilidade e o benefício mútuo.

Portanto, é possível afirmar que as declarações de Bolsonaro que expressavam desacordo com a China e apoio aos Estados Unidos eram motivadas por considerações políticas e ideológicas, mas do ponto de vista econômico, também possuíam potencial de prejudicar mais do que beneficiar o Brasil. É importante ressaltar que uma guerra comercial com a China teria repercussões negativas significativas, especialmente em setores que desempenhavam um papel

fundamental na base de apoio ao governo Bolsonaro, como a bancada ruralista. (LIBÂNIO, 2018)

A urgência de promover uma mudança na abordagem da política externa brasileira é notável diante das transformações recentes. Embora a postura adotada pelo governo Bolsonaro possa ter sido impulsionada por considerações políticas e ideológicas, tornou-se cada vez mais evidente que as implicações econômicas e diplomáticas poderiam ser prejudiciais para o Brasil a longo prazo. A dependência excessiva das relações bilaterais com os Estados Unidos, em detrimento de parceiros tradicionais e emergentes, como a China, poderia limitar as oportunidades econômicas do Brasil em um mundo globalizado. Além disso, a rejeição de acordos e organizações multilaterais é capaz de isolar o país no cenário internacional e prejudicar sua capacidade de lidar eficazmente com questões globais urgentes, como as mudanças climáticas e a saúde pública. Portanto, é crucial que o Brasil reavalie sua política externa e busque um equilíbrio entre seus interesses políticos e econômicos, promovendo uma abordagem mais pragmática e colaborativa nas relações internacionais, especialmente com a China.

1.5.Objetivos

Nesse contexto, o propósito deste policy brief é apresentar um conjunto de recomendações destinadas a aprimorar a cooperação entre o Brasil e a China, bem como delinear novas diretrizes para essa parceria bilateral. Para tal, é necessário antes examinar a ascensão da extrema direita na política da América Latina e o impacto que essa ascensão tem nas relações multilaterais, com um enfoque específico nas relações entre o Brasil e a China durante a presidência de Jair Bolsonaro. O policy brief aponta que a ascensão da extrema direita tem influenciado as abordagens multilaterais adotadas pela região, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os políticos. Além disso, as perspectivas políticas e ideológicas da extrema direita latino-americana têm moldado as relações internacionais, especialmente as interações com atores-chave do sistema global, como a China.

O policy brief ressalta a necessidade de uma abordagem estratégica para fortalecer as relações bilaterais entre o Brasil e a China, especialmente diante das mudanças políticas em curso na América Latina, notadamente a ascensão da extrema direita, e seu impacto nas dinâmicas multilaterais. É fundamental compreender o contexto político regional para orientar esforços no sentido de promover uma cooperação construtiva e minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes das transformações políticas na região.

Dessa forma, as recomendações apresentadas podem ser divididas em duas categorias principais. Primeiramente, há sugestões relacionadas a ajustes e aprimoramento das práticas já existentes. Recomenda-se que o governo brasileiro realize um reajuste em sua abordagem para com a China, promovendo um diálogo diplomático constante para resolver desacordos e identificar oportunidades de cooperação. Além disso, a sugestão inclui incentivar investimentos chineses em setores estratégicos, como infraestrutura e tecnologia, para estimular o crescimento econômico e a criação de empregos. Propõe-se, também, a promoção de programas de intercâmbio educacional e cultural para fortalecer os laços entre as sociedades civis e aprofundar o entendimento mútuo. Esse reajuste visa ampliar iniciativas, alterar a forma de execução e fortalecer os laços para além da continuidade nas relações sino-brasileiras.

Em segundo lugar, são propostas medidas adicionais a serem introduzidas. Isso inclui o combate à desinformação, particularmente as narrativas ultraliberais sino-conspiratórias, com o objetivo de promover a verdade e a objetividade nas relações bilaterais. Além disso, incentivar a sociedade civil a se engajar na promoção do entendimento e da cooperação com a China é considerado crucial, facilitando o diálogo e a compreensão mútua.

Analisando mais a fundo as intrincadas relações entre o avanço da extrema direita, as dinâmicas multilaterais e a influência de atores internacionais na América Latina, o policy brief esclarece os obstáculos e possibilidades que países latino-americanos, incluindo o Brasil, enfrentam ao navegar em um cenário político global crescentemente complicado, fazendo com que seja essencial identificarmos como o tema está relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 16 da ONU.

No âmbito do ODS 4 - Educação de Qualidade, a ascensão da extrema direita em contextos políticos pode exercer impactos significativos sobre a qualidade da educação e a preservação da liberdade acadêmica. Isso se manifesta por meio da influência exercida sobre as políticas educacionais, currículos e na supressão da diversidade de perspectivas no ambiente acadêmico. A promoção da educação de qualidade é crucial não apenas para capacitar os indivíduos com habilidades e conhecimentos necessários, mas também para fomentar o pensamento crítico e a formação de cidadãos bem-informados. Nesse sentido, o acesso a informações precisas desempenha um papel fundamental na capacitação das pessoas a formar visões informadas e qualificadas sobre eventos, questões sociais e políticas, mitigando potenciais ameaças à qualidade da educação e à liberdade acadêmica. Já o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, está relacionado com o impacto da extrema direita nas instituições democráticas e na justiça social. É crucial que as políticas e relações bilaterais promovam a paz, justiça e instituições eficazes, garantindo a igualdade de todos perante a lei.

Em resumo, compreender o contexto político regional e sua relação com os ODS 4 e 16 é fundamental para promover cooperação construtiva e minimizar impactos adversos das mudanças políticas na América Latina e, mais especificamente, no Brasil e na sua relação com a China. Isso demonstra a importância da educação de qualidade e do fortalecimento das instituições para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável no país.

2. A ascensão da extrema direita na América Latina e no Mundo

O avanço das ideias e grupos de extrema-direita em democracias ao redor do mundo representa uma ameaça significativa para a estabilidade dessas sociedades. Essa ameaça se estende a diferentes regiões, incluindo América do Sul, Ásia e Europa, demonstrando uma tendência global. Embora a extrema-direita tenha ganhado destaque em contextos diversos, como nos Estados Unidos, Hungria, Índia e Brasil, a persistência do apoio a líderes dessa orientação, mesmo diante de eventos críticos e queda na popularidade, ilustra a natureza mutável desse fenômeno. Conforme observado pela primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, (FOREIGN POLICY, 2021) as ideias e discursos divisivos e preconceituosos não são novos, mas a forma como são disseminados e organizados passou por uma significativa transformação. Em vez de se restringirem a nichos ou grupos isolados, essas ideias encontraram espaço em partidos políticos e influenciaram líderes em diversas nações.

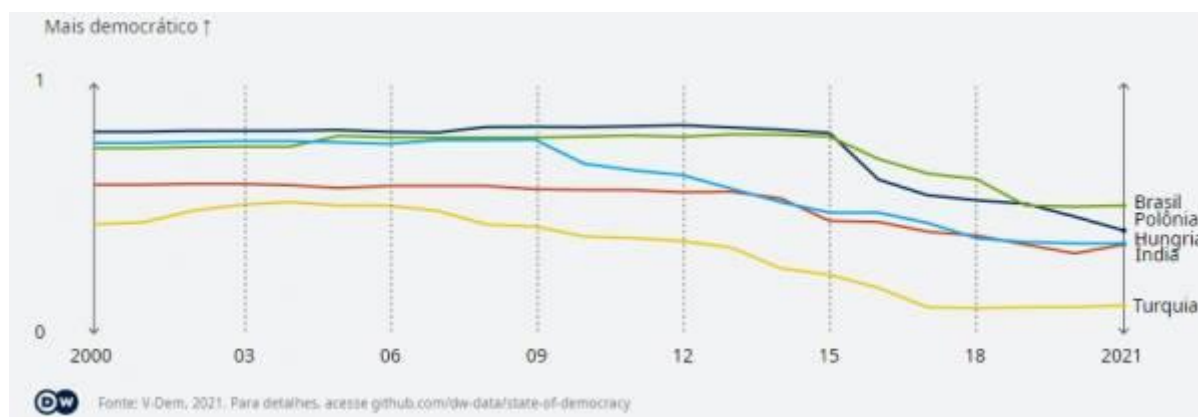
A disseminação das ideias de extrema-direita não se limita a ataques diretos. Durante a década de 2000, essas ideias começaram a infiltrar-se em partidos políticos e a influenciar líderes políticos em várias nações. Por exemplo, na Hungria, sob a liderança de Viktor Orban desde 2010, tem havido uma expressão consistente de visões anti-refugiados e anti-imigração. Orban alegou que a Europa estava ameaçada por culturas e grupos estrangeiros, principalmente muçulmanos. Usando seu poder no governo, Orban e seu partido minaram a democracia ao mudar leis para nomear aliados em cargos públicos, restringir a liberdade acadêmica, controlar a mídia e promover a ideia de uma única identidade nacional húngara. Ele também demonstrou apoio às políticas de "América em primeiro lugar" de Donald Trump. (BBC, 2022)

Na Índia, sob o governo de Narendra Modi a partir de 2014, também houve uma ascensão das ideias de extrema-direita. Modi havia sido anteriormente barrado de entrar nos Estados Unidos devido a preocupações sobre seu apoio a ataques extremistas hindus contra muçulmanos em 2002, quando era o chefe de governo do estado indiano de Gujarat. No entanto, após sua eleição, Modi encorajou as alas mais extremistas de seu partido, introduzindo ideias

extremistas no cenário político nacional. Ele promoveu a visão de uma Índia hindu, independente de sua diversidade, e políticos de seu partido buscaram justificar medidas antidemocráticas, como a Lei de Emenda à Cidadania de 2019, que exclui muçulmanos de uma lista de grupos religiosos perseguidos em países vizinhos que poderiam obter cidadania indiana.

De acordo com os dados do projeto V-Dem (2021), observa-se que, antes de ocorrer uma ruptura de caráter ditatorial, as democracias tendem a passar por um processo de erosão gradual e progressiva. Além disso, o estudo destaca a relação entre a ascensão de regimes políticos que demonstram desprezo pela democracia e o crescimento da influência da extrema direita em nível global. Países que enfrentaram significativas erosões democráticas incluem o Brasil, Polônia, Hungria, Índia e Turquia, com a maior deterioração ocorrendo a partir da década de 2010, como é possível observar no gráfico 1. No caso do Brasil, a situação democrática se deteriorou notavelmente a partir de 2015, coincidindo com o início do processo de impeachment da presidente reeleita Dilma Rousseff. O estudo aponta que a maior queda na qualidade da democracia ocorreu em 2018, ano da eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Gráfico 1. Países que mais retrocederam nos índices democráticos



Fonte: DW Brasil/V-Dem,2021

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 refletiu uma tendência global de emergência de ideias de extrema-direita. Durante sua campanha, Bolsonaro defendeu o retorno do Brasil à sua suposta “grandeza”, por meio de ataques a instituições governamentais, minorias e apelos à violência contra criminosos, ativistas e partidos de oposição. Sua habilidade em usar as redes sociais permitiu que seu apoio se espalhasse por todo o país. Bolsonaro também expressou apoio entusiasmado a Trump e até o endossou durante a campanha de reeleição do ex-presidente dos EUA. Seu governo foi marcado por ataques à democracia

brasileira, o que levou grupos marginalizados a se envolverem mais ativamente na política, com enfoque na reimaginação da sociedade civil do país.

Os exemplos citados ressaltam a necessidade de não encarar os extremismos de direita como eventos isolados e limitados a países específicos, mas sim como um fenômeno global em constante evolução. Historicamente, a extrema direita foi vista como algo externo, associada a grupos marginais. No entanto, a integração dessas ideias na corrente principal da política levanta questões éticas e políticas importantes sobre o papel dos partidos tradicionais na legitimação dessas ideologias. Dessa forma, a expressão robusta da extrema-direita se desdobra em três grandes esferas. Em primeiro lugar, observa-se a ascensão ao poder e a consolidação de líderes extremistas, juntamente com seus partidos que desempenham papel fundamental na condução das políticas governamentais. Em segundo lugar, há partidos e grupos organizados na sociedade civil que, embora busquem o poder, alcançam avanços significativos, porém não atingem o ápice do governo central. Por fim, a terceira frente envolve cidadãos comuns que sucumbem aos discursos inflamados, refletindo a penetração dessas ideologias entre a população. Essas dimensões ressaltam a complexidade e abrangência do avanço da extrema-direita, destacando sua presença em diferentes estratos da sociedade e instituições políticas.

Para observar como esse processo de evolução da extrema direita ocorre atualmente, consideramos a análise de Cas Mudde (2019), que explica como esses movimentos se desenvolveram ao longo do tempo, passando por diferentes fases. Neste contexto, a contribuição mais significativa do trabalho de Mudde reside na ênfase dada à integração da extrema direita no mainstream, o que ele considera a característica definidora da denominada 'quarta onda'. A periodização proposta por Mudde, fundamentada no trabalho anterior de Klaus von Beyme, oferece uma compreensão das distintas fases das políticas da extrema direita após a Segunda Guerra Mundial.

A primeira onda, denominada "neo-fascismo" (1945-1955), caracterizou-se pela persistência de resquícios do fascismo pré-guerra, com elementos autoritários e nacionalistas evidentes. Na segunda onda, o "populismo de direita" (1955-1980) emergiu, marcado por líderes carismáticos que canalizavam o descontentamento popular contra elites percebidas como corruptas. A terceira onda, ou "radicalismo de direita" (1980-2000), testemunhou a ascensão de movimentos e partidos mais radicalizados, com ênfase em ideias xenófobas e anti-establishment. Por fim, a quarta onda, conhecida como "extrema direita contemporânea" (2000 até o presente), destaca-se pela aceitação crescente dessa ideologia como parceira de coalizões

e influenciadora de partidos políticos tradicionais, integrando suas ideias de forma mais fluida no cenário político mainstream.

Cada fase reflete adaptações históricas, sociais e políticas, proporcionando uma visão abrangente da evolução da extrema direita ao longo do tempo. Para o autor, os partidos populistas de extrema direita surgem na terceira onda, mas foram mantidos à margem da política convencional. Já na quarta onda, esses partidos se tornaram mais integrados na política mainstream e até mesmo extremistas de direita ganharam espaço, com ideias radicais sendo divulgadas na mídia e na política. Mudde destaca a normalização dessas ideologias extremistas e a expansão de seu alcance, não se limitando apenas à Europa, mas se estendendo globalmente (MUDDE, 2019, P. 15).

As fronteiras entre partidos mainstream de direita e partidos populistas de extrema direita se tornaram cada vez mais difusas, apontando para a preocupação moral e política de que as políticas e ideologias anteriormente associadas apenas à extrema direita agora estão sendo adotadas e implementadas por partidos políticos tradicionais. Isso sugere uma transformação ideológica significativa e uma mudança nas dinâmicas políticas (MUDDE, 2019).

Essa movimentação ideológica pode ser evidenciada nos processos de ascensão de governos de extrema direita na América Latina e também por personalidades como Javier Milei, uma figura surpreendente nas eleições primárias argentinas, que foi recentemente eleito presidente do país e apresenta uma interessante combinação de estilo e conteúdo político. No que tange ao estilo, ele adota uma imitação notável dos líderes populistas, notadamente Donald Trump e Jair Bolsonaro, dos quais ele é admirador. Sua abordagem é caracterizada por um grau de exibicionismo, teatralidade e a alegação de possuir poderes quase salvíficos, características que ecoam as táticas desses líderes populistas. Além disso, sua carreira anterior na televisão desempenha um papel central em sua ascensão política, o que demonstra sua compreensão do poder da mídia em tempos contemporâneos. (LOUÇÃ, 2023).

Autodenominando “Anarcocapitalista”, no que diz respeito ao conteúdo de suas propostas, Milei é um defensor fervoroso do liberalismo econômico. Ele defende medidas profundamente radicais, incluindo a eliminação dos Ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, o fechamento do Banco Central, a substituição da moeda nacional pelo dólar e a promoção da venda desimpedida de armas de fogo. Mas por outro lado, o novo presidente advoga pela proibição do aborto, apesar da recente legalização dessa prática no país. Além disso, ele se apresenta como um negacionista climático, alegando que o conceito de aquecimento global é uma falsidade associada ao socialismo. Esse conjunto de propostas levanta uma questão intrigante: como o liberalismo, uma ideologia que historicamente valoriza

o livre mercado e a mínima intervenção do Estado, passou a ser associado à extrema-direita na América Latina? (LOUÇÃ, 2023).

Essa associação suscita uma análise da interpretação do liberalismo na região, onde sua implementação extrema e desregulamentação radical podem ser percebidas como ameaças à estabilidade e ao bem-estar social. O fenômeno destaca a complexidade da política na América Latina, onde ideologias e movimentos políticos frequentemente adquirem formas inesperadas e desafiadoras, moldando a paisagem política de maneira significativa.

Os ciclos políticos na América Latina têm sido uma ocorrência constante desde a época em que a região passou por processos de redemocratização, marcados por uma série de golpes militares durante o século XX. A alternância de poder entre líderes posicionados em diferentes pontos do espectro político, que variam desde a direita até a esquerda, é um fenômeno recorrente. Cada ciclo político traz consigo dilemas e desafios conjunturais que, em sua essência, compartilham características semelhantes, ao mesmo tempo em que expõem questões estruturais profundas que afetam a região (LOUÇÃ, 2023).

Recentemente, a América Latina passou pelo que ficou conhecido como a "onda progressista" (1998-2016), um período marcado por políticas públicas com foco em questões sociais. No entanto, com o declínio do boom das commodities, as vulnerabilidades econômicas dos países se tornaram evidentes. Isso criou um espaço propício para que a corrupção se tornasse o foco central de forças políticas conservadoras, atraindo considerável apoio popular. O que se torna aparente é que, além do conservadorismo tradicional, a extrema direita na América Latina ganha mais espaço, questionando até mesmo os princípios democráticos, muitas vezes explorando o sentimento de ressentimento em camadas populares. Esse fenômeno se manifestou de forma notória na crise do governo Rousseff e na eleição de Bolsonaro no Brasil (2016-2018), na vitória de Mauricio Macri na Argentina em 2015, na guinada liberal de Lenin Moreno no Equador em 2017, no golpe de Estado na Bolívia em 2019 e atualmente em figuras políticas como o argentino Javier Milei, o chileno Jose Antonio Kast e a peruana Keiko Fujimori.

Alguns desses líderes, de maneira análoga a Bolsonaro, ressuscitam símbolos e discursos remanescentes dos primeiros movimentos de extrema direita e dos regimes militares que marcaram as décadas de 1970 e 1980 na América Latina. Isso se traduz em uma retórica de hostilidade em relação à esquerda, enquanto se autodenominam defensores da ordem, especialmente em meio a crises institucionais e questionamentos sobre a legitimidade dos sistemas democráticos na região. É relevante ressaltar que, conforme assinalado por Florestan Fernandes (1979), a ideologia fascista permeou os governos militares na América Latina. De

forma mais contemporânea, Alain Badiou (2017) caracterizou-os como exemplos de um "fascismo democrático", indicando que não houve uma quebra abrupta com as instituições democráticas, mas sim a introdução de uma democracia de alcance restrito, mais aprofundada no Box 7, abaixo.

Box 7 "Democracia de Alcance Restrito": Quando a Aparência Democrática Esconde Restrições ao Poder Popular

Uma "democracia de alcance restrito" se refere a uma forma de sistema político em que, embora se mantenham aparências democráticas, o acesso efetivo ao poder e à tomada de decisões é limitado a um grupo reduzido de atores ou interesses. Isso significa que, embora as instituições democráticas possam existir, a participação popular real é restringida ou distorcida de maneira a favorecer certos setores da sociedade ou elites políticas, em detrimento da ampla população. Essa restrição pode ocorrer de várias maneiras, como por meio de barreiras à participação eleitoral, manipulação do sistema de representação, controle dos meios de comunicação ou políticas que beneficiam apenas determinados grupos. Em resumo, uma democracia de alcance restrito cria a ilusão de democracia, mas, na prática, limita a influência e o poder do povo em favor de um grupo ou elite específicos.

Fonte: MONTENEGRO, 2021

A "nova direita", em contraste com as forças conservadoras da década de 1990, que se apoiavam na visão de um mercado e modernidade utópicos, agora representa uma nostalgia por um passado idealizado, centrado em valores que enfatizam a defesa da "família, exército e religião". O que se observa é que esse discurso e as ações associadas a ele têm ganhado ímpeto em momentos de crise, como o que estamos enfrentando atualmente. Essa tendência tem o potencial de se fortalecer ainda mais com a promessa de restaurar um passado que, na prática, nunca existiu, mas que serve como sustentáculo e conforto para o presente.

Contudo, ao contrário de Jair Bolsonaro, líderes como Javier Milei e Jose Antonio Kast optam por não estabelecer vínculos com os setores militares de seus respectivos países. Em contraste, Bolsonaro é um produto da influência militar, e grande parte de sua administração é composta por membros das Forças Armadas. Um traço comum entre todos esses líderes latino-americanos, incluindo Bolsonaro, é a intensiva utilização das redes sociais para difundir suas mensagens e ideologias. Essas plataformas desempenham um papel fundamental em sua

conexão com o eleitorado e com a sociedade em geral. (LEMOS,2013), como é possível observar no Box 8.

Box 8 Trump e o Twitter: A Influência Pioneira na Comunicação Política Online

Durante seu mandato como presidente dos Estados Unidos (2017-2021), Donald Trump utilizou intensivamente o Twitter como uma plataforma de comunicação direta com o público. Essa abordagem marcou sua presidência e influenciou a forma como os líderes políticos se envolvem nas redes sociais. Trump não apenas compartilhou comunicados oficiais e anúncios importantes, mas também expressou suas opiniões políticas de maneira direta e muitas vezes polêmica. Através do Twitter, o ex-presidente interagiu com líderes mundiais, discutia relações internacionais e comentava sobre acordos internacionais. Sua presença na plataforma também era marcada por tuítes que refletiam suas opiniões políticas, o apoio a membros do seu partido e críticas a adversários políticos.

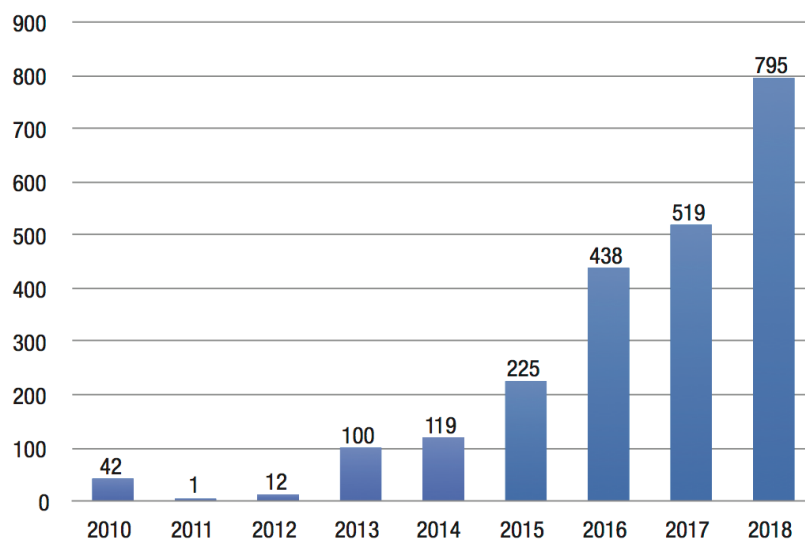
Os comentários frequentes sobre notícias, a defesa de sua administração e a resposta a crises, como a pandemia de COVID-19, eram elementos comuns em sua estratégia de comunicação. Em março de 2020, Trump tuitou: "O Congresso deve aprovar a Lei de Resposta Econômica ao Coronavírus dos EUA agora. Apenas a política mesquinha dos democratas e, por falar nisso, os republicanos da casa, pode atrasar o que deveria ser muito rápido para toda a população dos EUA. Vote hoje, removam as barreiras republicanas, como sempre fizeram.".

Fonte: PODER360, 2022

Esse processo de legitimação e introdução da ideologia extremista no mainstream estão estreitamente relacionados às diferentes formas de disseminação desses discursos, seja pelas formas tradicionais de mídia, como já ressaltado por Mudde (2019), ou também pelas novas ferramentas proporcionadas pelo avanço da internet. A presença marcante de líderes de extrema direita nas redes sociais revela-se, assim, uma estratégia eficaz para introduzi-los previamente menos conhecidos ao público em geral, despertando um grande interesse e curiosidade por parte dos usuários. Isso se traduz em uma forma eficaz de estabelecer e consolidar lideranças políticas na era digital, esse fenômeno pode ser visto no Gráfico 2, que aponta que Bolsonaro

ampliou o número de tweets em quase 700 de 2013 a 2018. Ou seja, é preciso reconhecer que a extrema-direita foi e continua sendo capaz de capitalizar em novas formas de comunicação, como as redes sociais, que possibilitaram a ampliação de seu apoio.

Gráfico 2. Bolsonaro amplia o número de tweets para quase 700 de 2013 a 2018.



Fonte: Cahiers des amériques latines, 2019.

Dessa forma, podemos argumentar que um aspecto central no enfrentamento do extremismo de direita reside na abordagem da desinformação. A presença onipresente das redes sociais, salas de bate-papo online, sites na internet e algoritmos sofisticados que rastreiam o comportamento dos usuários online permite que pessoas ao redor do mundo construam realidades personalizadas, reforçando crenças preexistentes e tornando-as suscetíveis à influência de diversos grupos e indivíduos (FOREIGN POLICY, 2021). Ideias antidemocráticas podem, por conseguinte, se espalhar rapidamente e transcender fronteiras nacionais.

3. Política externa brasileira da desinformação:

As estratégias da desinformação ocuparam um papel extremamente importante na chegada de Bolsonaro no poder, mas também no fortalecimento de seu governo. Para analisar as raízes do discurso reacionário e impreciso do bolsonarismo adentramos na sua estreita relação com o ensaísta Olavo de Carvalho. A influência de Carvalho pode ser atribuída à sua

capacidade de oferecer respostas simplistas para os temores de uma pequena burguesia em crise. Ele apresenta uma narrativa que atribui a queda da civilização cristã e a suposta decadência da sociedade a marxistas, feministas e população LGBTQIAP+ (CALLIL, 2021).

Como mencionou Antonio Gramsci (2004, p. 46-47), existe uma parcela da população, a pequena e média burguesia, que acredita que os problemas complexos da sociedade podem ser resolvidos pela força, recorrendo a metralhadoras e pistolas. Olavo de Carvalho conseguiu alcançar esse público, não apenas ocupando espaço em veículos de grande circulação, mas também construindo seus próprios meios de disseminação de suas ideias, como suas redes sociais e canais de comunicação. (CALLIL, 2021). Em relação ao governo Bolsonaro, Carvalho desempenhou um papel significativo como uma das principais influências intelectuais por trás de discursos e políticas que frequentemente incorporaram elementos de desinformação, polarização e retórica de confronto. Sua visão ideológica, que abraça uma perspectiva conservadora e anticomunista, deixou uma marca indelével na administração, contribuindo para moldar a narrativa política do governo e influenciando a forma como ele aborda questões de relevância nacional e internacional.

Tal retórica permeou todas as instâncias de seu governo, inclusive a da política externa brasileira, principalmente por meio de Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre janeiro de 2019 e março de 2021. A campanha de Jair Bolsonaro apresentou um manifesto escrito de maneira sucinta e direta, nesse documento, o então candidato destinou apenas uma página para abordar sua visão de política externa, na qual prometeu fortalecer os laços do Brasil com os Estados Unidos, Israel e Itália, ao mesmo tempo em que se afastaria dos governos de orientação esquerdista na América Latina (SANTORO, 2020). A simplicidade e a concisão do manifesto de Bolsonaro refletiam não apenas seu desejo de alinhar a política externa brasileira a nações que compartilhassem suas afinidades ideológicas, como os Estados Unidos e Israel, mas também abria espaço para generalizar questões complexas e manipular a percepção do público. A menção ao distanciamento de governos de esquerda na América Latina indicava a postura anticomunista de Bolsonaro e sua intenção de reposicionar o Brasil em relação às alianças tradicionais na região. Essas declarações de natureza vaga deixaram uma parcela de analistas e diplomatas estrangeiros perplexos, visto que não estava claro como se concretizariam as diretrizes da diplomacia do novo presidente.

A simplicidade e a concisão do manifesto de Bolsonaro podem ser interpretadas como elementos de uma estratégia de polarização. Por meio de tais declarações, o governo Bolsonaro apresentou o Brasil como se o governo anterior estivesse alinhado com forças de esquerda prejudiciais. O propósito subjacente a essa abordagem seria mobilizar o apoio de eleitores que

se opõem a essa suposta influência ideológica. Contudo, essa tática pode ser percebida como simplista e potencialmente desinformativa, uma vez que não captura a diversidade e complexidade das políticas adotadas pelos países vizinhos e parceiros.

Um dos principais elementos dessa tática bolsonarista foram os constantes ataques e disruptions políticas que afetaram diretamente as relações Brasil-China. O então Presidente Jair Bolsonaro, de maneira semelhante ao ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou repetidamente a China durante sua campanha, argumentando que os chineses não deveriam ser autorizados a adquirir terras brasileiras ou controlar setores industriais vitais. Bolsonaro proporcionou diversas declarações sobre a China, nas quais criticou seu governo de maneira contundente. Ele reiterou várias vezes que "os chineses não estão apenas comprando no Brasil, eles estão adquirindo o Brasil" (UOL, 2018), tornando-se o primeiro presidente brasileiro em 45 anos a expressar esse tipo de crítica sobre um país que tem sido cada vez mais importante para o Brasil.

Durante a campanha, Bolsonaro também quebrou a tradição diplomática brasileira ao visitar Taiwan - algo que nenhum outro líder do Brasil jamais fez. A viagem fez parte de uma missão asiática que incluiu Japão e Coreia do Sul, deixando ostensivamente de fora a República Popular da China. Em Taipei, ele elogiou a sociedade taiwanesa como uma síntese do melhor da cultura americana e japonesa. Diplomatas chineses no Brasil temeram que fosse um sinal do fim da "Política de Uma China" -- posição diplomática que reconhece a República Popular da China como o único governo legítimo que representa toda a China, incluindo Taiwan -- que todas as administrações brasileiras seguiram desde 1974 e reagiram enviando uma carta a todos os membros do Congresso do Brasil destacando a importância deste assunto para Pequim. A embaixada chinesa no Brasil emitiu uma declaração condenando a viagem de Bolsonaro a Taiwan como uma "afronta à soberania e à integridade territorial da China". A postura assertiva de Bolsonaro contrastou marcadamente com a maioria dos líderes na América Latina, que acolheram investimentos, empréstimos e aquisições de commodities da China. (UOL, 2018).

Entretanto, as declarações anti-China não se limitaram ao presidente. Ele nomeou Araújo como Ministro das Relações Exteriores, um embaixador recém-promovido que expressou seu apoio à visão de relações internacionais defendida por Trump. Araújo argumentou que as nações ocidentais precisavam reconectar-se com sua herança cristã para enfrentar o que ele percebia como uma ameaça crescente da China. Essas posições são incomuns no serviço diplomático brasileiro, que normalmente é receptivo a relações mais estreitas com Pequim e

desempenhou um papel fundamental na construção de parcerias como o BRICS², BASIC³, G20⁴ e outros grupos multilaterais que aproximam o Brasil da China. Em demonstração mais exacerbada do ideológico anti-chinês dos pilares bolsonaristas, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil chegou a escrever em seu blog pessoal "Metapolítica 17", em 2021, utilizando o termo "comunavírus" para descrever a pandemia de Covid-19 e sustentando a ideia de que a pandemia reavivou o temor ao comunismo. Em sua análise, ele também relacionava o pensamento do filósofo Slavoj Žižek, principalmente a partir do livro "Vírus", com a crise sanitária e o conceito de "plano comunista" que exploraria a pandemia como uma oportunidade para avançar em direção a um projeto globalista.

Em outra instância, um post de Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, deputado federal e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, realizado na rede social Twitter gerou atenção e controvérsia devido ao seu teor relacionado à tecnologia 5G e às relações entre o Brasil e a China, como é possível observar na figura 1 (PODER360, 2020). O conteúdo da mensagem, na qual o deputado alegou que o governo brasileiro havia declarado apoio a uma "aliança global para um 5G seguro, sem espionagem da China," suscitou reações da Embaixada da China no Brasil. A Embaixada chinesa destacou que as afirmações do deputado eram desprovidas de fundamentos e, além disso, colocavam em risco a relação entre os dois países.

² Grupo de países (na sigla: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que foram uma aliança para promover a cooperação econômica, política e cultural. O BRICS tem como objetivo discutir questões de interesse mútuo, como comércio, segurança e desenvolvimento global, e frequentemente realiza cúpulas e reuniões de alto nível para abordar essas questões.

³ BASIC é um acrônimo que representa um grupo de quatro países em desenvolvimento, a saber, Brasil, África do Sul, Índia e China. O BASIC se concentra principalmente em questões relacionadas às mudanças climáticas e negociações internacionais sobre o clima. Esses países colaboram para apresentar posições conjuntas nas negociações climáticas, influenciando as políticas climáticas globais.

⁴ Fórum internacional que reúne as principais economias do mundo. Ele é composto por 19 países e a União Europeia. O G20 realiza reuniões anuais de líderes de governo para discutir questões econômicas globais, políticas fiscais, financeiras e comerciais.

Figura 1. Eduardo Bolsonaro acusa a China de espionagem no 5G



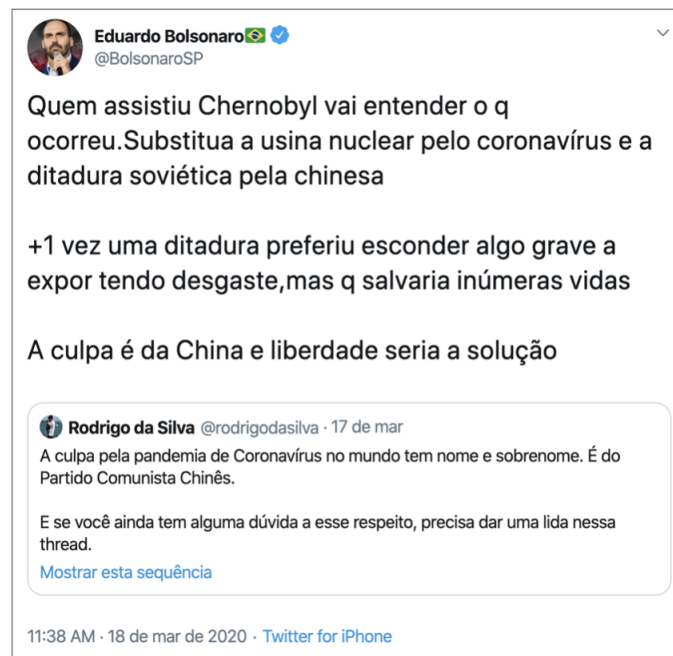
Fonte: Reprodução/Twitter/X, Band, 2020

Outro caso envolvendo Eduardo Bolsonaro se instaurou durante a pandemia da COVID-19, surgindo em meio de uma retórica sustentada por seu pai, Jair, de que o vírus que gerou a crise sanitária mundial que teve origem em Wuhan, na China, poderia ter sido gerado em um "laboratório" e fez alusões a uma "guerra química" em relação ao país asiático. Bolsonaro proferiu estas declarações durante um evento no Palácio do Planalto, ocorrido em 5 de maio de 2021. Ele levantou a questão retoricamente, questionando se a pandemia poderia ser considerada "uma nova guerra". Declarou que o vírus era "novo" e que sua origem poderia ser de um laboratório ou da transmissão de um animal para o ser humano (PODER360, 2021).

Nesse sentido, também por meio de uma publicação em seu Twitter, Eduardo acusou diretamente a China de ser responsável pela pandemia do Covid-19 e sugeriu que o Estado chinês escondeu informações cruciais. Diante dessa queixa, a Embaixada da China no Brasil emitiu uma resposta contundente acusando o deputado de proferir declarações "extremamente irresponsáveis," as quais teriam sido uma "imitação" de seus aliados. Além disso, sugeriu que o deputado teria adquirido uma "influência negativa" após retornar dos Estados Unidos e que suas ações estariam "infectando" as relações entre os dois países. O deputado Eduardo Bolsonaro também recebeu críticas do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, que repudiou veementemente as declarações do congressista e exigiu um pedido de desculpas ao povo chinês, como é possível observar nas figuras 2 a 8. O embaixador destacou que tais pronunciamentos não condizem com o cargo de deputado federal e representam uma postura

inadequada para uma figura pública de seu calibre. Wanming expressou preocupação de que as declarações poderiam prejudicar a relação amistosa entre a China e o Brasil. (PODER360, 2020).

Figura 2. Eduardo Bolsonaro compara pandemia da COVID-19 a Chernobyl e culpa China



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 3. Eduardo Bolsonaro compartilha tweet que culpabiliza China pela crise do COVID-19



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 4. Embaixada da China responde às acusações de Eduardo Bolsonaro chamando-as de irresponsáveis



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 5. Embaixada da China afirma que Eduardo Bolsonaro não possui visão internacional



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 6. Ex embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, responde às acusações de Eduardo Bolsonaro



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 7. Ex embaixador da China no Brasil, Yang Wanming diz que falas de Eduardo Bolsonaro são um insulto a China e ao povo chinês



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

Figura 8. Para Yang Wanming, as acusações de Eduardo Bolsonaro podem ferir a relação Brasil-China



Fonte: Reprodução/Twitter/X, Poder360, 2020

É perceptível como o sistema político e econômico da China desempenhava um papel central na complexa relação entre o governo de Jair Bolsonaro e o país asiático. As declarações de Bolsonaro e parceiros políticos durante sua campanha e governo e seu ceticismo em relação ao comunismo e ao socialismo têm relevância quando se trata de entender como era direcionada sua política externa em relação à China.

A China é administrada pelo Partido Comunista Chinês (PCC), mantendo um sistema político de partido único. Essa característica distintiva do sistema político chinês coexiste com o fato de o país se destacar como uma das principais economias globais sob uma governança de orientação comunista. O governo chinês representou, num primeiro momento, um exemplo de implementação do "socialismo real", um modelo que se evidenciou em alguns países ao longo do século XX, notadamente na União Soviética e em outros Estados socialistas do bloco

comunista. No contexto do socialismo real, o Estado desempenha um papel central na gestão econômica, detendo o controle dos meios de produção e direcionando a atividade econômica, frequentemente resultando em limitações à pluralidade política e liberdades individuais em nome de objetivos socialistas. (HOBSBAWM, 1994)

Mais contemporaneamente, a economia chinesa se caracteriza hoje pelo "capitalismo de Estado". Nesse arranjo, o Estado desempenha um papel ativo na economia, intervindo para orientar ou controlar setores-chave. O governo chinês mantém um significativo controle e influência sobre setores estratégicos da economia por meio de empresas estatais, especialmente em áreas como energia, telecomunicações e infraestrutura (RENZO; JINKINGS, 2021). Essa dinâmica ilustra a capacidade de coexistência entre características capitalistas e um sistema político dominado por um partido comunista na China.

O anticomunismo, como já debatido anteriormente, foi pilar do discurso bolsonarista, caracterizado por suas críticas incisivas inseridas tanto em âmbito nacional quanto na esfera internacional. Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, durante sua campanha presidencial em 2018 e seu mandato presidencial emitiu diversas declarações que refletem sua oposição ao comunismo e ao socialismo.

As críticas do bolsonarismo ao comunismo frequentemente estão associadas à sua rejeição dos princípios e práticas que generalizadamente caracterizam regimes comunistas, tais como a intervenção estatal significativa na economia, a restrição das liberdades individuais e a repressão à oposição política, fazendo com que os conceitos de comunismo, socialismo e marxismo, explicados no Box 9, muitas vezes sejam expostos de maneira sensacionalista e falaciosa por seus discursos e por sua base. Durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro empregou a expressão "dar um pé no traseiro do socialismo, no comunismo" como parte de seu discurso para manifestar seu compromisso em afastar o Brasil de sistemas políticos e econômicos fundamentados no socialismo ou no comunismo. De maneira explícita, ele também criticou a Venezuela, frequentemente associada a um governo de orientação socialista, como um exemplo dos perigos do socialismo para a estabilidade política e econômica.

O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, também fez alertas nesse sentido em diversas palestras e documentos. Um dos momentos que gerou considerável repercussão internacional foi uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, quando Araújo celebrou a derrota do nazismo para chamar a atenção para a ameaça representada pelo comunismo. "Não permitiremos que a saúde seja mais uma vítima dessa ideologia, que busca servir a objetivos totalitários", afirmou o Ministro, instando outros países a se empenharem na preservação desses valores contra a "manipulação e submissão". (UOL, 2020).

No entanto, é importante observar que a China implementou reformas econômicas significativas a partir do final dos anos 1970, sob a liderança de Deng Xiaoping. Essas reformas introduziram elementos do capitalismo, incluindo a permissão de propriedade privada, a criação de zonas econômicas especiais e a promoção de uma economia de mercado. Como resultado, muitas empresas na China operam em um ambiente misto, com participação estatal em grandes empresas, mas também uma presença significativa de empresas privadas.

Box 9 Socialismo, Marxismo e Comunismo - Explorando as Bases, Conceitos e Diferenças

O socialismo é uma ideologia política e econômica que busca a socialização ou coletivização dos meios de produção. A essência do socialismo é a criação de uma sociedade mais igualitária, onde os recursos e bens são compartilhados de maneira mais equitativa entre os membros da sociedade. Isso frequentemente envolve a propriedade coletiva ou estatal dos principais meios de produção.

O marxismo é uma teoria socioeconômica e política desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Fundamenta-se na análise das relações sociais, particularmente nas relações entre as classes sociais, e propõe a transição de uma sociedade dividida em classes para uma sociedade sem classes. Marxismo inclui conceitos-chave como a luta de classes, a inevitabilidade da revolução proletária e a criação de uma sociedade comunista.

O comunismo é uma forma extrema de socialismo que busca a criação de uma sociedade sem classes e sem propriedade privada. No comunismo, o Estado é geralmente considerado desnecessário, pois a propriedade é coletiva e os meios de produção são propriedade comum. A visão comunista é muitas vezes resumida na frase "de cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme suas necessidades".

Fonte: MAGENTA, 2022

Essa dualidade no sistema chinês, com elementos comunistas no plano político e elementos capitalistas na economia, cria um terreno fértil para a ambivalência da política externa do Brasil em relação à China. O Brasil reconhece a importância da China como um parceiro comercial crucial, com a China sendo um dos maiores destinos para as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, as críticas retóricas de Bolsonaro ao comunismo podem refletir diferenças ideológicas, apesar de um relacionamento econômico substancial.

4. Impactos na relação Brasil-China

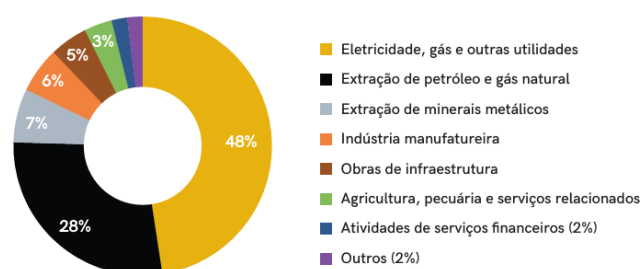
A influência da direita nacionalista no processo de formulação da política externa brasileira em relação à China é um tema de considerável complexidade. Para analisar essa questão com mais profundidade, analisamos a abordagem de Santoro (2020), que argumenta sobre a necessidade de considerar a dinâmica política e as implicações dessa influência em diferentes aspectos da relação sino-brasileira.

Primeiramente, a crítica da direita nacionalista à China baseada em argumentos de política econômica ganhou destaque. Esses críticos frequentemente apontam as práticas comerciais chinesas, como dumping e subsídios estatais, como prejudiciais à indústria brasileira. No entanto, é essencial lembrar que as políticas comerciais brasileiras são, em grande parte, orientadas pelo Ministério da Economia e não diretamente pelo presidente. O fato de o governo Bolsonaro adotar posições pró-mercado e pró-comércio em sua administração, em consonância com a elite empresarial do país, cria uma tensão notável com a retórica nacionalista.

No que diz respeito à segurança nacional, a preocupação com o controle chinês sobre ativos estratégicos brasileiros é compartilhada por algumas alas das Forças Armadas. No entanto, a influência direta desses militares na formulação de políticas externas varia, e é o Ministério das Relações Exteriores que detém a autoridade principal nessa área. Além disso, os investimentos chineses no Brasil são variados, mas têm se concentrado em setores como agricultura, energia e mineração, como é possível observar no gráfico 3, o que pode não representar uma ameaça direta à segurança nacional.

Gráfico 3: 48% dos investimentos chineses confirmados no Brasil são na área de eletricidade e gás

DIVISÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL, 2007 - 2020
(VALOR DOS PROJETOS CONFIRMADOS)



Fonte: CEBC | Elaboração do autor

Fonte: CEBC, 2021

A linha de crítica relacionada à identidade cultural, que defende uma maior proximidade com os Estados Unidos e as nações ocidentais, ressalta uma visão de mundo específica. No entanto, a política externa brasileira tradicionalmente se baseia em princípios de multilateralismo e pragmatismo, buscando uma cooperação ampla e não exclusiva com um único grupo de países. Ao adotar uma postura mais alinhada aos Estados Unidos e nações ocidentais, o Brasil arrisca um possível isolamento diplomático. Isso contradiz a tradição diplomática brasileira, pautada pelo multilateralismo e pragmatismo, evidente em sua participação em fóruns como os BRICS e a ONU (CERVO; BUENO, 2019). Além disso, essa mudança de foco pode, impactar negativamente os interesses econômicos do Brasil, especialmente no que diz respeito às relações comerciais com a China, um parceiro vital em termos de comércio e investimento (MYERS 2019). O Brasil também corre o risco de questionar alianças históricas com nações africanas e latino-americanas, uma vez que a nova orientação pode não estar alinhada com esses parceiros tradicionais (HORTA, 2018).

Outra preocupação reside na credibilidade internacional do Brasil, pois uma mudança abrupta na orientação da política externa pode levantar questionamentos sobre sua consistência e confiabilidade como parceiro em acordos e tratados internacionais (SPEKTOR, 2019). Portanto, a busca por um equilíbrio entre os interesses nacionais e uma abordagem pragmática e multilateral é crucial para preservar a visão holística das relações internacionais do Brasil.

Em resumo, a influência da direita nacionalista na política externa brasileira em relação à China é evidente, mas seu impacto direto nas políticas é limitado por uma série de fatores institucionais e pela própria complexidade das relações bilaterais sino-brasileiras. Dessa forma, é necessário observar que a política externa é uma área onde o Brasil tradicionalmente buscou equilibrar diversos interesses e princípios, e entender em que níveis a ascensão do discurso nacionalista da extrema direita bolsonarista pode afetar essa continuidade.

A China desempenha um papel crucial na economia brasileira, sendo o principal parceiro comercial do país. No entanto, as críticas, muitas vezes infundadas, em relação ao país asiático, como a acusação de que a China estaria se beneficiando da pandemia, criaram tensões na relação bilateral. De acordo com executivos responsáveis por intermediar transações entre os dois países, como Charles Tang (2021), presidente da CCIBC (Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China) e Tatiana Prazeres (2021), atual secretária de comércio exterior, esses comentários foram particularmente prejudiciais para a entrada de investimentos chineses em setores estratégicos, como energia, transportes e tecnologia, essenciais para o desenvolvimento brasileiro.

Os comentários prejudiciais à entrada de investimentos chineses em setores estratégicos do Brasil, conforme destacado por executivos como Charles Tang e Tatiana Prazeres, têm implicações diretas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Sob a perspectiva do ODS 4, a cooperação internacional e investimentos estrangeiros são fundamentais para o desenvolvimento educacional, fornecendo recursos e promovendo a troca de conhecimentos. Quanto ao ODS 16, a entrada de investimentos estrangeiros é vista como essencial para fortalecer instituições nacionais, promover transparência e criar um ambiente propício para a estabilidade econômica e política, contribuindo assim para a paz e o desenvolvimento sustentável. Destaca-se a importância de superar obstáculos para promover uma cooperação internacional eficaz em prol do alcance desses objetivos globais.

A repercussão dessas declarações negativas foi visível na prática. Reuniões comerciais foram canceladas ou adiadas, enquanto empresários chineses, que tinham um papel importante no fomento de investimentos, ficaram receosos de que obstáculos burocráticos pudessem ser usados como instrumentos de retaliação (UOL, 2021). Isso gerou uma desconfiança que prejudicou os esforços de construção de parcerias entre os dois países. Além disso, a crise no fornecimento de insumos chineses para a produção de vacinas contra a COVID-19 no Brasil demonstrou o quão vulnerável o país estava à instabilidade nas relações com seu maior parceiro comercial. O atraso na entrega dos insumos devido à tensão diplomática teve impactos significativos na campanha de vacinação e na saúde pública, evidenciando que as consequências das ações políticas podiam ser sentidas em várias esferas da sociedade brasileira.

A retórica hostil teve implicações de longo prazo, à medida que os investidores chineses, embora pragmáticos, começaram a temer que as palavras se transformassem em ações concretas que pudessem prejudicar seus investimentos no Brasil. Embora os chineses tenham adotado uma abordagem de longo prazo em relação aos investimentos, a incerteza provocada por declarações desfavoráveis do governo brasileiro afetou sua confiança e disposição para investir no país.

Em 2022 os investimentos chineses no Brasil sofreram uma queda notável, diminuindo em 78% em comparação com o ano anterior. Essa diminuição marcou o menor nível de investimentos chineses no país desde 2009. Observando os números concretos, as empresas chinesas aportaram apenas US\$ 1,3 bilhão no Brasil, um valor significativamente inferior aos US\$ 5,9 bilhões de investimentos realizados em 2021. Diferentes fatores foram capazes de influenciar essa queda, sendo eles, por exemplo, a demanda por commodities brasileiras, como minério de ferro, que pode ter diminuído devido a um setor imobiliário menos aquecido na

China. Isso pode explicar, em parte, a redução dos investimentos nas áreas de mineração e energia. (FOLHA, 2023). No entanto, é imprescindível considerar o impacto das expressões extremistas do bolsonarismo anti-China, principalmente em ano de eleição.

Durante a campanha presidencial de 2022, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, fez declarações que geraram preocupações entre investidores estrangeiros, ao afirmar que não queria a entrada maciça de investimentos chineses, expressando temores sobre o impacto nas indústrias locais. "Não queremos a 'chinesada' entrando aqui quebrando nossas fábricas, nossas indústrias, de jeito nenhum. O que queremos é uma coisa moderada. Baixamos o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 35%, vamos acabar com o IPI", como declarado por Guedes (FOLHA, 2022). No entanto, é importante ressaltar que estabelecer uma relação direta e definitiva entre a eleição presidencial e a redução dos investimentos chineses é um desafio. O ambiente eleitoral, com incertezas sobre o resultado e o curso das políticas econômicas, naturalmente gera cautela entre os investidores estrangeiros.

Em resumo, a relação sino-brasileira passou por um período de desafios devido à retórica negativa adotada pelo governo brasileiro. Essa retórica afetou não apenas o comércio e as relações diplomáticas, mas também o potencial de investimentos chineses em setores estratégicos do Brasil. Para aprofundar e fortalecer essa relação, uma abordagem diplomática mais construtiva e uma consideração cuidadosa das implicações a longo prazo das ações e palavras no cenário internacional serão necessárias.

5. Conclusões

A análise sobre os impactos do governo Bolsonaro de extrema direita nas relações entre Brasil e China revela a importância de uma abordagem pragmática e cooperativa na condução das relações internacionais futuras entre os dois países. A visita do presidente Lula, em seu mais recente mandato, à República Popular da China, que ocorreu em abril de 2023, marca um ponto crucial na normalização diplomática entre o Brasil e a China, indicando uma resposta à abordagem isolacionista anteriormente adotada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e uma retomada do pragmatismo nas relações bilaterais (BRASIL DE FATO, 2023). A relevância desse encontro é substanciada pelos números expressivos, com a assinatura de 15 acordos bilaterais, duas declarações conjuntas entre os chefes de estado, e outras 20 parcerias firmadas por entidades governamentais estaduais e empresariais (POLITIZE, 2023). Dessa forma, o reconhecimento por parte do presidente Lula sobre a mudança de patamar nas relações sino-

brasileiras, especialmente destacando a diversificação para além do setor de commodities, evidencia a busca por novas áreas de cooperação.

Os acordos de cooperação abarcam uma ampla gama de temas, desde questões ambientais, como a Amazônia, até assuntos de interesse global, exemplificados pela abordagem da crise na Ucrânia.⁵ Eles incluem áreas como comércio, investimentos, desdolarização, ciência, tecnologia, inovação, turismo, energias renováveis, combate às mudanças climáticas, economia digital, combate à fome, infraestrutura e vacinas. Destacam-se iniciativas como o Plano de Cooperação Espacial 2023-2032, reforçando a colaboração na exploração espacial, e o Protocolo sobre Requisitos Sanitários para proteína processada de animais terrestres, facilitando as exportações brasileiras para a China. Esses acordos não apenas fortalecem as relações diplomáticas, mas também evidenciam a diversificação e profundidade das parcerias estratégicas, promovendo benefícios mútuos e impulsionando o desenvolvimento econômico e tecnológico de ambos os países (CNN, 2023).

Além disso, a interlocução entre os presidentes Lula e Xi Jinping transcendeu questões bilaterais, estendendo-se a assuntos globais como reformas no Conselho de Segurança da ONU e a expansão do grupo BRICS. Essas iniciativas conjuntas delineiam uma fase renovada nas relações sino-brasileiras, caracterizada pela busca de interesses comuns e pela diversificação das áreas de cooperação (POLITIZE, 2023). Sendo possível afirmar que este momento destaca a importância de uma abordagem pragmática e equilibrada na condução da política externa brasileira.

Frente ao panorama da ascensão da extrema direita, que historicamente representou uma ameaça à estabilidade das relações sino-brasileiras, o governo Lula demonstra um imperativo de consolidar e aprimorar os laços bilaterais, direcionando esforços para setores estratégicos. Essa abordagem multifacetada reflete o compromisso do governo em preservar e fortalecer os vínculos sino-brasileiros diante das mudanças políticas globais, destacando a importância de uma colaboração abrangente para enfrentar os desafios emergentes e construir uma parceria resiliente. A abordagem crítica em relação à influência chinesa, desassociando-a de uma perspectiva neocolonialista, destaca a importância de uma visão equilibrada e construtiva nas relações internacionais. Dessa maneira, o novo governo Lula ressalta a necessidade de construir

⁵ No contexto ambiental, a crise na Amazônia frequentemente refere-se às preocupações relacionadas ao desmatamento, às mudanças climáticas e à preservação da biodiversidade na região amazônica. Essa crise tem implicações não apenas para o Brasil, mas também para o equilíbrio ambiental global. Quanto à crise na Ucrânia, ela se refere ao conflito político e militar que começou em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, uma região ucraniana. O conflito se intensificou, envolvendo questões geopolíticas, étnicas e territoriais. A comunidade internacional tem buscado abordar essa crise por meio de acordos diplomáticos e esforços para promover a estabilidade na região.

parcerias baseadas em interesses mútuos, reforçando a participação ativa dos empresários brasileiros nos acordos bilaterais.

A abordagem delineada destaca a importância de fortalecer a colaboração em setores fundamentais, como a transição energética, o universo digital, a educação e a cultura. Inicialmente, propõe-se que o governo brasileiro mantenha um diálogo diplomático constante com a China, promovendo uma comunicação aberta e construtiva para solucionar desacordos e identificar oportunidades de cooperação. Além disso, incentivar investimentos chineses em setores estratégicos da economia brasileira, como infraestrutura e tecnologia, é visto como um meio de estimular o crescimento econômico e a geração de empregos. Novamente alinhando tais objetivos com os ODS 4 e 16, já que fomentam parcerias internacionais para promover o desenvolvimento educacional e fortalecem as instituições nacionais, contribuindo assim para a estabilidade e o progresso sustentável.

Em uma segunda abordagem, são sugeridas medidas adicionais a serem implementadas. Isso inclui o enfrentamento da desinformação, especialmente as narrativas ultraliberais sino-conspiratórias, com o objetivo de promover a verdade e a objetividade nas relações bilaterais. Além disso, encorajar a participação da sociedade civil na promoção do entendimento e cooperação com a China é considerado crucial, facilitando o diálogo e a compreensão mútua entre as populações.

A ênfase na cooperação universitária sinaliza o reconhecimento da importância do intercâmbio acadêmico na construção de entendimento mútuo e na promoção de laços duradouros. Além disso, as parcerias empresariais buscam por soluções conjuntas para desafios contemporâneos, alinhadas com princípios de sustentabilidade e inovação. Dessa forma, os passos iniciais dados pelo governo Lula, evidenciados pelos 15 acordos firmados, indicam um esforço para preservar e promover uma relação sino-brasileira sólida e mutuamente benéfica. Contudo, a continuidade desses esforços será crucial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir uma parceria resiliente diante de um cenário geopolítico desafiador.

6. Recomendações

6.1 Aprimoramento de práticas já existentes

6.1.1. Manter um diálogo diplomático constante com a China

O crescimento substancial do comércio entre o Brasil e a China representa apenas uma faceta evidente de uma relação que passou por transformações significativas em diversos âmbitos. Além do âmbito comercial, a cooperação bilateral estendeu-se para novas áreas, conferindo à relação uma complexidade e diversificação notáveis. No cenário multilateral, a ascensão dos países emergentes, exemplificada pela criação e consolidação do BRICS, abriu espaço para uma atuação mais coordenada entre Brasil e China no contexto internacional. Olhando para o futuro das relações sino-brasileiras, é essencial considerar o contexto multifacetado que caracteriza essa parceria. A cooperação bilateral não se limita mais ao comércio, expandindo-se para questões como mudanças climáticas, segurança energética, segurança alimentar e reforma do ordenamento internacional. O aprofundamento desse diálogo reflete a necessidade de ambos os países enfrentarem desafios globais complexos que demandam uma abordagem colaborativa.

Diante da importância crescente das relações bilaterais entre Brasil e China, as recomendações apresentadas têm como objetivo não apenas preservar, mas também aprimorar as práticas já estabelecidas na agenda internacional brasileira, especialmente no que diz respeito à parceria com o país asiático. A ênfase recai na manutenção e aperfeiçoamento de um diálogo diplomático consistente e no fortalecimento dos laços entre as nações. Para alcançar esse propósito, sugere-se, em primeiro lugar, o aprimoramento de canais diplomáticos permanentes entre os ministérios das Relações Exteriores dos dois países. Essa medida visa facilitar a troca regular de informações sobre questões bilaterais e globais, promovendo um entendimento contínuo e eficiente entre as partes. Para implementar essa recomendação, é fundamental designar uma equipe qualificada de diplomatas, assegurando a fluidez e a eficácia desses canais.

Primordialmente, é imperativo que os diplomatas designados para o aprimoramento dos canais diplomáticos permanentes entre Brasil e China possuam uma erudição substancial sobre as relações bilaterais entre as nações, abarcando dimensões históricas, culturais, políticas e econômicas. Este requisito é essencial para assegurar uma apreensão abrangente das sutilezas inerentes a esse relacionamento. É indispensável que esses agentes diplomáticos evidenciem competências comunicativas sólidas, tanto na esfera verbal quanto na escrita, nos idiomas português e mandarim, e de maneira preferencial, no inglês. A habilidade de articular de modo perspicaz as posições e interesses do Brasil, conjuntamente com a compreensão das perspectivas chinesas, é fundamental para instaurar um diálogo proveitoso. A sensibilidade cultural surge como uma competência de grande relevância, uma vez que os diplomatas

necessitam transitar por diferenças culturais de maneira respeitosa e eficaz. Este atributo compreende a apreensão de normas sociais, tradições e etiqueta, constituindo um elemento propulsor na edificação de relações sólidas e benéficas. Por fim, a capacidade de negociação apresenta-se como uma habilidade preponderante, uma vez que os diplomatas ostentam a responsabilidade de representar os interesses do Brasil em variadas negociações bilaterais. Este processo engloba a identificação de áreas de convergência e a gestão de divergências de maneira diplomática e construtiva.

Além disso, propõe-se a realização de reuniões regulares entre secretários do Itamaraty e representantes da embaixada chinesa. Para otimizar a eficácia desses encontros, é imperativo examinar diversos aspectos fundamentais, como o que concerne à uma maior regularidade dessas reuniões e uma abrangência temática, desde que tais discussões devem abarcar não apenas assuntos emergentes e de relevância imediata, mas também questões estratégicas de longo prazo. No que tange aos convidados, a seleção cuidadosa de participantes pode ampliar a perspectiva e o entendimento sobre as questões discutidas. Além dos secretários do Itamaraty e representantes da embaixada chinesa, a inclusão de especialistas de diferentes áreas temáticas, como comércio, cultura e ciência, pode enriquecer as discussões. Ademais, é fundamental assegurar que essas reuniões sejam conduzidas de maneira aberta e transparente, favorecendo um ambiente propício para a construção de confiança mútua.

Nesse sentido, o fortalecimento dos laços diplomáticos também é enfatizado, com a sugestão de explorar oportunidades de colaboração em setores específicos. Isso implica a alocação de recursos para incentivar investimentos em programas de intercâmbio cultural, promover eventos bilaterais e apoiar iniciativas conjuntas que contribuam para a consolidação da parceria.

A proposta adicional engloba o estímulo ativo ao intercâmbio regular de delegações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China, visando fortalecer os laços, promover a compreensão mútua e identificar áreas potenciais de colaboração. Para a efetivação dessas recomendações, será necessário alocar recursos específicos, incluindo equipes qualificadas, logística para reuniões e missões diplomáticas, investimentos em pesquisas e análises, bem como campanhas promocionais destinadas a destacar oportunidades comerciais. A implementação dessa abordagem estruturada pressupõe a necessidade de um compromisso efetivo com a alocação adequada desses recursos, garantindo não apenas a viabilidade, mas também o sucesso dessas iniciativas.

Uma abordagem integral para obter o financiamento necessário poderia envolver uma colaboração estreita com o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do

Ministério das Relações Exteriores, considerando a natureza econômica das relações bilaterais. Recursos poderiam ser direcionados a partir de programas de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, fomentando assim o intercâmbio comercial. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações pode ser um parceiro estratégico, contribuindo para a promoção de pesquisas e análises que sustentem as iniciativas de colaboração entre Brasil e China. Isso incluiria investimentos em estudos sobre setores promissores para cooperação, identificação de oportunidades tecnológicas e avaliação de impactos econômicos. A articulação com o Ministério do Turismo também poderia ser explorada, considerando a relevância do intercâmbio para o setor. Campanhas promocionais para destacar oportunidades comerciais e atrativos turísticos poderiam ser desenvolvidas em conjunto, potencializando os benefícios da parceria bilateral.

Portanto, ao adotar essas recomendações, o Brasil estará não apenas mantendo, mas também elevando a qualidade do diálogo com a China, fortalecendo uma relação bilateral adaptável e propícia à resolução conjunta de desafios globais. A alocação adequada de recursos é crucial para garantir a eficácia dessas práticas, reforçando o compromisso de ambas as nações em construir uma parceria sólida e duradoura. Ao focar na melhoria contínua da comunicação e colaboração entre os dois países, essas recomendações proporcionam um caminho para a construção de relações mais robustas e resilientes. A capacidade de adaptação dessa parceria bilateral, respaldada por investimentos adequados em recursos humanos, tecnológicos e financeiros, não apenas a sustentará, mas também a fortalecerá em face dos desafios dinâmicos que caracterizam a atual ordem global.

6.1.2. Incentivar investimentos chineses em setores estratégicos da economia brasileira

A busca pela intensificação e diversificação da relação entre Brasil e China representa um imperativo estratégico, especialmente em face da potencial ameaça que avanços de governos de extrema direita podem representar para essa parceria. Considerando o atual cenário de mudança no perfil econômico chinês e a concentração histórica dos investimentos chineses em setores específicos no Brasil, é crucial desenvolver uma base sólida que torne essa relação resistente a eventuais influências políticas adversas. A concentração de investimentos chineses, predominantemente no setor energético brasileiro, suscita a necessidade de uma abordagem mais ampla e diversificada para garantir uma parceria robusta e resiliente. (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Diversificar os investimentos para além do setor elétrico e explorar áreas como tecnologia da informação, fabricação de veículos automotores, obras de infraestrutura,

agricultura e serviços relacionados pode criar uma base econômica mais estável e resistente a flutuações políticas.

Missões diplomáticas desempenham um papel fundamental nesse contexto. Estabelecer missões específicas com representantes do setor privado, lideradas por diplomatas qualificados, pode facilitar a identificação de oportunidades de investimento e estabelecer contatos valiosos com autoridades e empresários locais nos setores-alvo. Essas missões não apenas promovem o diálogo direto, mas também fornecem um entendimento prático das condições de mercado e regulatórias em potenciais áreas de investimento.

Para garantir o sucesso destas, a participação de diversos atores é essencial. Membros da Camex (Câmara de Comércio Exterior) desempenham um papel fundamental, trazendo consigo a perspectiva e a expertise governamental. Sua participação pode envolver a articulação de políticas comerciais, o alinhamento de estratégias governamentais com as necessidades do setor privado e a facilitação de diálogo entre autoridades locais e empresários brasileiros. Eles também podem desempenhar um papel crucial na negociação de acordos comerciais que beneficiem os setores-alvo. Líderes de federações de indústria e comércio de estados da federação trazem consigo uma compreensão profunda das dinâmicas regionais e das necessidades específicas de suas respectivas áreas. Sua participação nas missões diplomáticas pode envolver a promoção das capacidades industriais de suas regiões, a identificação de oportunidades de cooperação regional e a defesa dos interesses locais no contexto das negociações comerciais internacionais.

Feiras e exposições setoriais também são meios eficazes para promover a diversificação dos investimentos. Participar desses eventos proporciona uma plataforma para empresas brasileiras apresentarem suas capacidades e produtos, estabelecerem parcerias estratégicas e avaliarem a competitividade em mercados específicos. Além disso, essas iniciativas podem ser acompanhadas por atividades promocionais e de networking organizadas pelas missões diplomáticas para maximizar os benefícios.

Outro componente relevante é a promoção de rodadas de negócios, workshops e seminários temáticos. Essas atividades, organizadas em conjunto com atores locais e instituições relevantes, podem facilitar discussões mais aprofundadas sobre as oportunidades de investimento, desafios regulatórios e perspectivas futuras nos setores-alvo. No contexto da agricultura, parcerias estratégicas e acordos comerciais podem ser explorados para promover a exportação de produtos agrícolas brasileiros, estabelecendo relações comerciais sólidas. Isso pode envolver não apenas a participação em eventos internacionais, mas também a realização

de iniciativas específicas para promover a qualidade e a competitividade dos produtos brasileiros nesse setor.

Em 2022, os investimentos chineses confirmados no Brasil totalizaram US\$ 1,3 bilhão, registrando uma significativa redução de 78% em comparação ao ano anterior e marcando o montante mais baixo desde 2009. Em contrapartida, o número de projetos aumentou em 14%, atingindo 32, estabelecendo um novo recorde histórico que superou o pico observado em 2018. Embora tenha ocorrido uma queda no valor dos aportes chineses, os investimentos estrangeiros globais no Brasil apresentaram um aumento notável em 2022. O Banco Central registrou um salto de 95%, alcançando US\$ 90,6 bilhões, enquanto a UNCTAD indicou um aumento de 69%, totalizando US\$ 86 bilhões (CARIELLO, 2023).

Como apontado no gráfico, o setor de eletricidade despontou como protagonista dos investimentos chineses no Brasil em 2022, representando 50% dos projetos confirmados, seguido por Tecnologia da Informação (25%), fabricação de veículos automotores (6%), obras de infraestrutura (6%), agricultura e serviços relacionados (6%), fabricação de têxteis (3%) e fabricação de materiais para uso médico e odontológico (3%). Em termos de valor aportado, o segmento de eletricidade liderou com 45%, seguido por fabricação de veículos automotores (28%), fabricação de têxteis (11%), agricultura e serviços relacionados (8%), Tecnologia da Informação (4%) e obras de infraestrutura (3%), enquanto os demais setores não ultrapassaram 3% em participação individual (CARIELLO, 2023).

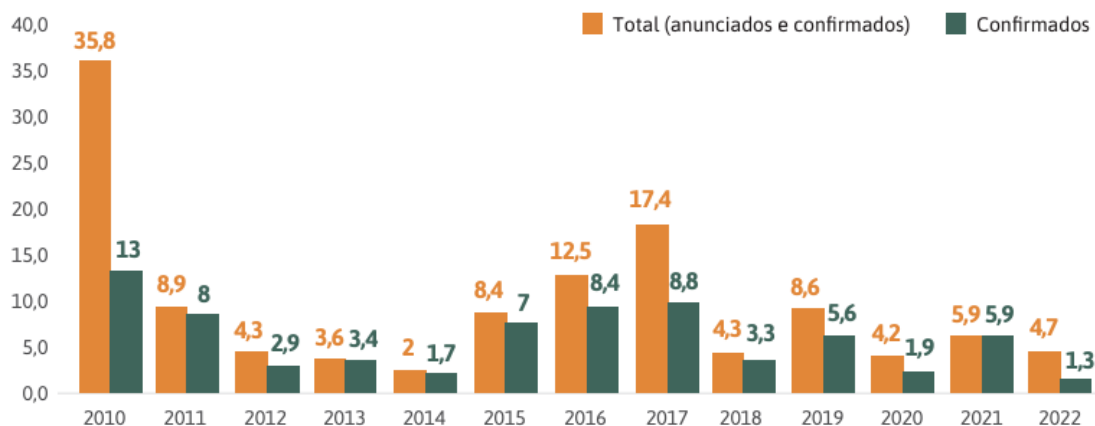
Gráfico 4: O setor de eletricidade foi protagonista dos investimentos chineses no Brasil em 2022



Fonte: CEBC, elaboração Valor Econômico

A redução significativa nos investimentos chineses confirmados no Brasil em 2022, seguida de um aumento no número de projetos, destaca a necessidade de reavaliação da abordagem bilateral. Apesar da queda no valor total dos aportes chineses, o crescimento dos investimentos estrangeiros no Brasil sinaliza um ambiente propício para um realinhamento estratégico nas relações econômicas (CARIELLO, 2023).

Gráfico 5: Em 2022, os investimentos chineses confirmados no Brasil totalizaram US\$ 1,3 bilhão, uma redução de 78%



Fonte: CEBC | Elaboração do autor

Fonte: CEBC, 2023

Recomenda-se, portanto, uma diversificação dos investimentos chineses em setores mais abrangentes da economia brasileira, promovendo a participação em áreas como tecnologia da informação, fabricação de veículos automotores, obras de infraestrutura, agricultura, e serviços relacionados. A ênfase em setores mais amplos contribuiria para uma distribuição mais equitativa dos investimentos e uma maior sinergia com as necessidades econômicas do Brasil. Agentes facilitadores dessa diversificação poderiam incluir agências governamentais, instituições financeiras e empresas privadas de ambos os países. Nesse contexto, a atuação do Itamaraty em parceria com ministérios específicos desempenha um papel crucial na articulação e implementação de políticas voltadas para esse fim.

O Ministério das Relações Exteriores, representado pelo Itamaraty, pode desempenhar um papel central na coordenação das atividades diplomáticas, estabelecendo as bases para a promoção de investimentos chineses em setores-chave da economia brasileira. Através de suas redes e contatos internacionais, o Itamaraty pode articular discussões e acordos bilaterais que favoreçam a entrada de investimentos chineses em setores como tecnologia da informação, fabricação de veículos automotores, obras de infraestrutura, agricultura e serviços relacionados.

O Ministério da Agricultura e Pecuária pode contribuir significativamente para a promoção de investimentos chineses no setor agrícola brasileiro. Colaborações estratégicas podem envolver a facilitação de acordos para o desenvolvimento conjunto de tecnologias agrícolas, a expansão de projetos de infraestrutura no campo e a promoção de práticas

sustentáveis. Essa parceria pode fortalecer a posição do Brasil como um importante fornecedor de produtos agrícolas para o mercado chinês. Além disso, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação possui um papel essencial na promoção de investimentos em tecnologia da informação. Através de parcerias estratégicas e acordos de cooperação, é possível facilitar a transferência de conhecimento e tecnologia entre os dois países, promovendo inovação e impulsionando o desenvolvimento de setores de alta tecnologia.

Já o Ministério da Comunicações pode desempenhar um papel fundamental na promoção de investimentos chineses em tecnologia da informação e serviços relacionados. A colaboração pode envolver a expansão de infraestrutura de telecomunicações e a facilitação de parcerias entre empresas brasileiras e chinesas no setor de comunicações. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços tem um papel crucial na promoção de investimentos na fabricação de veículos automotores e em outras indústrias. Através de incentivos fiscais e políticas de facilitação de negócios, pode-se atrair investimentos chineses para esses setores, promovendo a diversificação da economia. O Ministério dos Transportes e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional podem colaborar na promoção de investimentos em obras de infraestrutura, facilitando a participação chinesa em projetos de desenvolvimento de portos, rodovias e outros empreendimentos estratégicos para o país. Por fim, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte pode atuar na promoção de parcerias entre empreendedores brasileiros e chineses, incentivando o desenvolvimento de pequenas e médias empresas em setores estratégicos.

Além do mais, empresas brasileiras e chinesas têm a oportunidade de estabelecer parcerias estratégicas em diversos setores, principalmente através de instituições bilaterais como o Conselho Empresarial Brasil-China. Na tecnologia da informação, por exemplo, colaborações podem resultar em soluções inovadoras. No segmento automotivo, joint ventures podem impulsionar a presença global de montadoras. No campo da infraestrutura, empresas de construção civil podem se unir para participar de grandes projetos. Na agricultura, a troca de conhecimentos pode favorecer práticas sustentáveis. No setor de serviços, parcerias podem otimizar cadeias de suprimentos e oferecer consultoria especializada. Essas colaborações não só diversificam os investimentos, mas também promovem a transferência de conhecimento, beneficiando ambas as economias.

A promoção de colaboração com o setor privado e acordos estratégicos entre entidades brasileiras e chinesas pode estimular a diversificação dos investimentos e garantir benefícios recíprocos. Para concretizar essa diversificação, é essencial estabelecer mecanismos regulatórios claros e eficientes, bem como fornecer incentivos específicos para investimentos

em setores prioritários. A criação de fundos de investimento conjunto e a utilização de linhas de crédito específicas para projetos estratégicos podem representar abordagens concretas para atrair investimentos mais diversificados e mutuamente vantajosos. No contexto sino-brasileiro, agentes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e instituições financeiras chinesas de destaque, como o Banco de Desenvolvimento da China, podem desempenhar um papel central na estruturação dessas iniciativas.

Em suma, a importância dos investimentos chineses no Brasil reside na necessidade de uma abordagem mais estratégica e diversificada, alinhada com as demandas emergentes da economia brasileira. O estreitamento dessa relação requer um compromisso colaborativo entre agentes governamentais, instituições financeiras e empresas de ambos os países, visando criar um ambiente propício para investimentos mais equitativos e benéficos no longo prazo. Além dos agentes citados, para intensificar e diversificar a relação econômica entre o Brasil e a China, especialmente diante da possibilidade de desafios decorrentes de mudanças políticas, como o avanço de governos de extrema direita, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (COSBAN) também emerge como uma peça-chave nesse cenário.

A COSBAN, um mecanismo de cooperação econômica e comercial entre nações do hemisfério sul, pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma colaboração estratégica e sustentável entre Brasil e China (GOV.BR, 2023). No sentido de diversificar os setores de cooperação, a COSBAN pode facilitar diálogos e acordos que transcendam as tradicionais áreas de investimento. Isso incluiria, por exemplo, a promoção de parcerias em tecnologia da informação, agricultura, manufatura e serviços relacionados, visando a uma relação mais abrangente e equitativa. Primeiramente, é crucial estabelecer fóruns e espaços de diálogo regulares e mais frequentes no âmbito da COSBAN, proporcionando oportunidades para representantes de ambos os países discutirem e negociarem acordos que transcendam as áreas tradicionais de investimento. Isso envolveria a criação de novos comitês ou grupos de trabalho especializados em setores como tecnologia da informação, agricultura, manufatura e serviços.

O mecanismo também pode se envolver na identificação de oportunidades de investimento mutuamente benéficas, alinhadas com os objetivos de diversificação econômica de ambos os países. Ao conduzir análises conjuntas, essa cooperação pode apontar setores estratégicos que oferecem vantagens mútuas e contribuem para a expansão da relação bilateral.

O estímulo à colaboração com o setor privado, sob a tutela da COSBAN, é outro meio de promover investimentos em setores estratégicos. Essa abordagem não apenas atrai investidores, mas também garante uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos

resultantes dessas parcerias. Tal colaboração, ao atrair investimentos privados, pode diversificar as fontes de financiamento e reduzir a dependência de recursos exclusivamente públicos, fortalecendo a sustentabilidade financeira das iniciativas. A distribuição mais equitativa dos benefícios é promovida pela transparência e pela definição clara de termos e condições em acordos entre o setor privado e as partes envolvidas, incluindo a COSBAN. Mecanismos que incentivem a inclusão de pequenas e médias empresas, bem como a consideração de impactos sociais e ambientais, contribuem para garantir que os benefícios econômicos se estendam além de grandes corporações, alcançando comunidades locais e setores mais amplos da sociedade.

Além disso, a colaboração com o setor privado contribui significativamente para o estabelecimento de mecanismos regulatórios transparentes e eficientes, garantindo segurança jurídica aos investidores e reduzindo os riscos associados a possíveis mudanças políticas. Tal segurança pode ser alcançada por meio de estratégias abrangentes. Em primeiro lugar, é crucial estabelecer normas e regulamentos claros que governem a participação do setor privado em investimentos estratégicos. Essas normas devem ser transparentes, previsíveis e consistentes, proporcionando aos investidores uma compreensão clara das regras do jogo. A implementação de mecanismos de resolução de disputas eficientes também desempenha um papel crucial na promoção da segurança jurídica. Estabelecer processos claros e acessíveis para lidar com litígios potenciais proporciona confiança aos investidores de que, em caso de controvérsias, haverá um sistema imparcial e eficiente para resolver as questões. Além disso, a estabilidade política e o compromisso de longo prazo com políticas consistentes são essenciais. Garantir que as mudanças políticas sejam feitas de maneira transparente e previsível, considerando o impacto nos investimentos, ajuda a construir confiança e segurança jurídica.

6.1.3. Promover programas de intercâmbio educacional e cultural

A promoção de programas de intercâmbio educacional e cultural entre o Brasil e a China é uma estratégia vital para mitigar o impacto de estigmas racistas e xenofóbicos entre esses dois países, ao mesmo tempo que aprimora o contato cultural e linguístico entre eles. Em um contexto global cada vez mais interconectado, a importância dessas iniciativas transcende a esfera educacional, desempenhando um papel fundamental na construção de relações mais sólidas e respeitadas entre as nações.

Recomenda-se que agências governamentais, como os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, desempenhem um papel central na concepção e implementação desses

programas. A colaboração estreita entre os governos brasileiro e chinês é essencial para garantir o sucesso e a sustentabilidade dessas iniciativas. Instituições acadêmicas renomadas de ambos os países, como universidades e escolas de idiomas, podem ser envolvidas na execução dos programas de intercâmbio, aproveitando sua experiência educacional e capacidade para facilitar o aprendizado mútuo. A Universidade de São Paulo (USP) representa um exemplo de destaque no cenário brasileiro, com uma reputação internacional robusta. A USP pode ser uma parceira estratégica para instituições chinesas em diversas áreas acadêmicas. Do lado chinês, a Universidade de Pequim (Beida), uma das principais instituições de ensino superior do país, poderia colaborar com instituições brasileiras em pesquisa, intercâmbios de professores e programas acadêmicos conjuntos...

É imperativo que esses programas abranjam uma variedade de níveis educacionais, desde intercâmbios universitários até parcerias entre escolas de ensino médio. Dessa forma, será possível alcançar um amplo espectro da população, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva entre os participantes. Além disso, é recomendável que esses programas incluam não apenas intercâmbio acadêmico, mas também atividades culturais e sociais que possibilitem uma imersão mais profunda na realidade e nos valores de cada país. A participação ativa do Ministério da Cultura é crucial nesse processo. O Ministério da Cultura pode desempenhar um papel significativo na concepção e implementação de atividades culturais, bem como na promoção de intercâmbios que destaquem a diversidade cultural e artística de ambos os países. Essa colaboração interministerial fortalece a integração entre os aspectos educacionais e culturais, ampliando o impacto positivo desses programas.

Recursos financeiros devem ser alocados para garantir a viabilidade e eficácia desses programas. Isso pode envolver investimentos governamentais diretos, parcerias público-privadas e captação de recursos por meio de organizações sem fins lucrativos dedicadas à promoção da educação e da cultura. Adicionalmente, é recomendável estabelecer bolsas de estudo e subsídios para garantir a acessibilidade e a participação de estudantes de diversos estratos sociais.

A promoção da língua e cultura chinesas nas instituições de ensino brasileiras, e vice-versa, é crucial para uma comunicação eficaz e uma compreensão mais profunda entre os povos. Assim, a implementação de cursos de mandarim e português, com o suporte de materiais didáticos apropriados, é uma medida importante a ser considerada. No que diz respeito ao ensino de idiomas, o Instituto Confúcio, com filiais em várias partes do Brasil, é crucial para o aprendizado do mandarim e para a promoção da compreensão cultural entre os dois países. Além disso, o envolvimento do setor privado, incluindo empresas multinacionais com presença

em ambos os países, pode oferecer suporte financeiro e oportunidades de estágio para os participantes desses programas

A avaliação contínua do impacto desses programas é fundamental para medir o sucesso e identificar áreas de melhoria. Isso pode ser feito por meio de indicadores como a participação ativa dos alunos, a evolução nas habilidades linguísticas, e a promoção de valores interculturais. A transparência e a prestação de contas também devem ser garantidas, proporcionando às partes interessadas informações claras sobre o andamento e os resultados dos programas.

O Ciclo de Debates "Educação na China e no Brasil, no século XXI" realizado remotamente entre 10 e 13 de maio de 2021, promovido por universidades públicas brasileiras e chinesas, juntamente com o Instituto Confúcio de Integração Cultural Brasil e China, é um exemplo de um ambiente propício para a aproximação e estreitamento dos laços entre os dois países (EDGARDGITAL, 2021). O evento, apoiado pela Embaixada da República Popular da China no Brasil e pelo Governo do Estado da Bahia, focou no intercâmbio, cooperação acadêmica, tecnológica e científica. Eventos como este desempenham um papel crucial na promoção da cooperação internacional e no aprimoramento das relações entre nações de diferentes contextos culturais. Além de serem fóruns acadêmicos, essas iniciativas têm uma amplitude que vai além do ambiente educacional, impactando diversos setores e contribuindo para uma compreensão mais profunda e colaborativa entre os participantes.

Figura 9: O Ciclo de Debates "Educação na China e no Brasil, no século XXI" para estreitamento de laços e cooperação acadêmica focou no intercâmbio, cooperação acadêmica, tecnológica e científica entre os dois países



Fonte: EDGARDGITAL, 2021

Uma das dimensões essenciais desse tipo de evento é o intercâmbio de experiências educacionais. A oportunidade de compartilhar práticas, desafios e inovações nos sistemas de ensino da China e do Brasil possibilita uma aprendizagem mútua valiosa. A troca de conhecimento nesse âmbito é fundamental para aprimorar as abordagens pedagógicas e identificar estratégias eficazes, beneficiando ambas as nações. Em conclusão, a promoção de programas de intercâmbio educacional e cultural entre o Brasil e a China é uma estratégia enriquecedora que não apenas poderá reduzir estigmas racistas e xenofóbicos, mas fortalecer os laços culturais e linguísticos entre essas nações. O engajamento governamental, a colaboração institucional e o investimento em recursos adequados são elementos essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

6. 2. Medidas adicionais a serem introduzidas

6. 2. 1. Combate à desinformação

A pandemia de COVID-19 proporcionou um cenário propício para a manifestação de posturas conspiracionistas e sinofóbicas, com a China sendo frequentemente culpabilizada por teorias da conspiração relacionadas à origem e propagação do vírus. Além das acusações diretas ao governo chinês, o impacto traumático da COVID-19 também serve como um catalisador para a legitimação de agressões contra pessoas de ascendência asiática em países ocidentais, reforçando o caráter sinofóbico ampliado pela disseminação do vírus.

A ascensão recente da China como potência econômica internacional, embora historicamente alinhada com sua posição ao longo de milênios, tem sido interpretada de maneira ambígua no contexto ocidental. A narrativa ultraliberal sino-conspiratória, em voga tanto no Brasil quanto globalmente, reflete estereótipos e inferiorizações persistentes, sendo intensificada pela recente pandemia de COVID-19. A visão ocidental, ancorada em uma perspectiva de alteridade, continua a evocar memórias históricas para desacreditar a China, apesar das transformações e modernizações significativas no país desde a abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping em 1978 (ALBUQUERQUE; ARAUJO; QUINAN, 2021).

A sinofobia contemporânea une a percepção da China como um "outro" exótico e inferior ao Ocidente, ao mesmo tempo em que a encara como uma ameaça devido ao seu crescente poder econômico. A disseminação de teorias conspiratórias relacionadas à China durante a

pandemia acentua ainda mais essa narrativa ultraliberal, contribuindo para uma compreensão distorcida e preconceituosa do papel chinês no cenário global.

A atitude sinofóbica do governo Bolsonaro, a presença de teóricos da conspiração da extrema-direita em cargos políticos e a postura cética da mídia brasileira em relação à China indicam uma tendência contínua de hostilidade em relação ao país asiático, mesmo sendo o principal parceiro comercial do Brasil. A falta de uma resposta mais contundente por parte das autoridades chinesas, limitando-se a emitir notas diplomáticas de repúdio diante de discursos preconceituosos, pode sugerir ao governo Bolsonaro que não há repercussões tangíveis para a sinofobia (ALBUQUERQUE; ARAUJO; QUINAN, 2021).

Para combater eficazmente a desinformação, especialmente as narrativas ultraliberais sino-conspiratórias, é crucial que o Ministério das Comunicações desempenhe um papel proativo na implementação de políticas regulamentadoras e estratégias de parcerias. No âmbito nacional, o Ministério pode tomar medidas específicas para abordar a disseminação de informações falsas e preconceituosas sobre a China. Uma ação significativa que o Ministério das Comunicações pode empreender é a promoção de parcerias estratégicas com plataformas de mídia social e veículos de comunicação. Essas parcerias podem ser direcionadas para promover a verificação de fatos, estabelecendo padrões e diretrizes para a disseminação de informações precisas e confiáveis. Isso pode envolver campanhas de conscientização, treinamento de jornalistas e colaboração ativa com empresas de tecnologia para implementar medidas que desencorajem a propagação de notícias enganosas.

Além disso, o Ministério das Comunicações pode trabalhar na criação e fortalecimento de mecanismos de autorregulação da indústria de mídia. Estabelecer padrões éticos e práticas profissionais que desencorajem a disseminação de desinformação é vital. Isso pode incluir o desenvolvimento de códigos de conduta, a realização de auditorias regulares e a aplicação de medidas corretivas quando necessário.

Outra ação importante seria a promoção da educação midiática. O Ministério pode desenvolver iniciativas educativas que capacitem o público a discernir informações confiáveis das falsas, incentivando uma sociedade mais crítica e informada. Além disso, investir em programas de intercâmbio cultural e educacional entre o Brasil e a China é uma estratégia eficaz para promover uma compreensão mais profunda entre as duas nações. Essas iniciativas têm o potencial de dismantelar estereótipos e preconceitos, fomentando uma apreciação mais equilibrada das relações bilaterais.

Durante o quarto webinar do ciclo de debates sobre violência on-line, promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Clara Ramírez (2022), diretora do

Programa de Políticas Educativas do Instituto Auschwitz, destacou três pontos cruciais no enfrentamento do discurso de ódio: as consequências desse tipo de discurso, o conceito e estratégias de prevenção, e estratégias de combate. Ela sublinha a importância de acolher as vítimas, conduzir pesquisas e monitoramento do fenômeno, sensibilizar sobre discriminação, capacitar profissionais da mídia sobre liberdade de expressão e igualdade, além de integrar a educação em valores de respeito nos currículos.

O procurador da República, Paulo Leivas (2022), também presente no evento, ressaltou que o discurso de ódio não está protegido pela liberdade de expressão, sendo considerado uma ação ilícita, conforme a Convenção Interamericana contra o Racismo e outras Formas de Discriminação. Ele destaca a importância de estratégias educacionais em direitos humanos em todos os níveis de ensino e sugere a PFDC como instituição nacional responsável por monitorar o cumprimento da convenção.

Figura 10: Estratégias de prevenção ao discurso de ódio são discutidas em webinar promovido pela PFDC



Fonte: MPF, 2022

Ambos os especialistas convergem na importância da educação como ferramenta fundamental na prevenção do discurso de ódio. Suas propostas incluem a sensibilização de profissionais da mídia, a promoção da igualdade e a integração de valores de respeito nos currículos, destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e interinstitucional para combater efetivamente o problema. Agentes governamentais, especialmente do Ministério da Educação e órgãos de regulamentação de mídia, também são fundamentais para liderar e apoiar essas iniciativas. É necessário estabelecer parcerias com organizações não

governamentais (ONGs) que atuam na promoção da diversidade cultural e combate à discriminação. Exemplos incluem instituições como o “Aos Fatos”, uma organização jornalística dedicada à investigação de campanhas de desinformação e à checagem de fatos, o Instituto Confúcio e outras organizações dedicadas à promoção do diálogo intercultural.

O Aos Fatos pode atuar de maneira proativa na prevenção do discurso de ódio por meio de várias estratégias. Em primeiro lugar, a organização pode intensificar seus esforços de monitoramento online, identificando e verificando notícias falsas, conteúdos difamatórios e discursos odiosos. Além disso, a equipe do Aos Fatos pode trabalhar em estreita colaboração com plataformas de mídia social, incentivando a remoção de conteúdos prejudiciais e a aplicação de políticas contra o discurso de ódio. Outra abordagem eficaz seria a realização de campanhas educativas em parceria com escolas e instituições acadêmicas. Essas campanhas podem envolver palestras, workshops e materiais educativos que abordem a importância da verificação de fatos, da mídia responsável e do impacto negativo do discurso de ódio na sociedade. Além disso, a organização pode oferecer treinamentos para profissionais da mídia, capacitando-os a identificar e evitar a disseminação de informações enganosas.

No caso do Instituto Confúcio, suas atividades podem se concentrar na promoção do diálogo intercultural e na construção de pontes entre diferentes comunidades. O instituto pode organizar eventos culturais, como festivais, exposições e palestras, que destaquem a riqueza e a diversidade das culturas. Programas educacionais voltados para a compreensão mútua entre diferentes grupos étnicos e culturais também podem ser implementados em colaboração com escolas e universidades. Além disso, o Instituto Confúcio pode desenvolver iniciativas que incentivem o intercâmbio cultural e a cooperação entre comunidades diversas. A criação de espaços de diálogo aberto, nos quais as pessoas podem compartilhar suas experiências e perspectivas, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e resiliente contra o discurso de ódio. Em conjunto, o Aos Fatos e o Instituto Confúcio podem estabelecer programas conjuntos, aproveitando as competências específicas de cada organização para criar uma abordagem abrangente na prevenção do discurso de ódio. Essa colaboração pode incluir a produção de conteúdo informativo, eventos conjuntos e a promoção de valores de respeito e compreensão mútua em diversas comunidades.

Redes já existentes, como o Global Counterterrorism Forum (Fórum Global de Contraterrorismo, tradução livre), que possuem experiência em facilitar a troca de ideias, melhorar a alfabetização digital internacional e apresentar uma frente unida, podem desempenhar um papel crucial nesse esforço (GCTF,2023). Dada a mudança demográfica em curso, com uma população global mais jovem, é imprescindível estabelecer abordagens

internacionais para contrapor ideologias extremistas que podem tornar indivíduos, sociedades e instituições vulneráveis. A batalha contra o extremismo de direita, sem dúvida, é desafiadora, especialmente quando elementos de suas ideias foram incorporados às plataformas de muitos políticos e partidos políticos. No entanto, os valores da democracia, igualdade, estado de direito e direitos humanos permanecem de importância suprema e merecem esforços coordenados em escala global para protegê-los e defendê-los.

Em resumo, o fenômeno da disseminação de ideias sino-conspiratórias representa um desafio global para as democracias. Líderes de extrema-direita têm aproveitado o poder que detêm para promover ideias que questionam os valores democráticos e a diversidade. Para enfrentar esse desafio, é fundamental que líderes políticos e a sociedade civil continuem a trabalhar em conjunto, promovendo uma visão inclusiva e democrática para o futuro. Recursos financeiros devem ser alocados para sustentar programas de intercâmbio, campanhas de conscientização e ações de formação profissional. A colaboração entre os setores público e privado é crucial para garantir a viabilidade e o impacto sustentável dessas iniciativas. Empresas engajadas socialmente podem contribuir financeiramente, enquanto a participação ativa da sociedade civil é vital para fortalecer o apelo e a eficácia dessas estratégias.

6. 2. 2. Incentivar o engajamento da sociedade-civil na promoção do entendimento e da cooperação com a China

Incentivar o engajamento ativo da sociedade civil para promover uma compreensão mais profunda e colaborativa com a China é uma estratégia essencial no contexto das relações sino-brasileiras. Este enfoque busca não apenas construir pontes culturais, mas também mitigar estereótipos e contribuir para uma apreciação mais holística e informada dessa parceria bilateral.

A compreensão das nuances da prática de cooperação vai além das relações governamentais, incluindo a análise da gestão do desenvolvimento como uma prática social. Isso envolve a capacidade dos governos em conceber, implementar e sustentar programas e projetos que atendam às necessidades das populações vulneráveis. No cenário político global, tem-se observado diversas reformas voltadas para a descentralização de políticas em vários países, com estratégias diversas, mas uma linha comum de desconcentração, delegação, transferência de atribuições e privatização ou desregulação de políticas. Instituições políticas

de países centrais têm buscado compartilhar responsabilidades, estabelecendo mecanismos de cogestão e parceria (BRUGUÉ, 2004; SUBIRATS, 2010 apud MANSUR; TEODÓSIO, 2015).

A descentralização é vista como um meio de reafirmar a democracia, aproximando os serviços públicos dos cidadãos e, conseqüentemente, tornando-os mais eficientes, com impacto positivo no bem-estar da população. Ao conferir poder efetivo às instituições locais, a descentralização é esperada para estimular a participação política, ao facilitar a proximidade entre gestores e cidadãos, permitindo também um controle mais eficaz sobre a agenda e as ações governamentais (ARRETCHE, 1996 apud MANSUR; TEODÓSIO, 2015). Contudo, o avanço da participação cidadã em processos políticos enfrenta dois desafios cruciais.

Primeiramente, nos processos participativos, há a presença de diversos atores, cuja participação, apesar de incentivada, muitas vezes não se concretiza efetivamente. Em segundo lugar, os atores envolvidos, especialmente as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), frequentemente não participam de todo o processo relacionado à cooperação ou implementação de políticas públicas, prejudicando a legitimidade do processo institucional na construção de um interesse coletivo (MILANI, 2003 apud MANSUR; TEODÓSIO, 2015).

Analisando esse contexto, podemos apontar para o engajamento da sociedade civil na promoção do entendimento e cooperação com a China. A descentralização, quando aplicada em contextos de cooperação internacional, pode se traduzir em maior envolvimento das comunidades locais na compreensão e implementação de iniciativas que visam fortalecer os laços entre países. No entanto, é crucial superar os desafios relacionados à efetiva participação dos diversos atores envolvidos, garantindo que a sociedade civil tenha uma voz substantiva em todo o processo. Além disso, é essencial assegurar que as OSCs e outros representantes da sociedade civil estejam integralmente envolvidos em todas as fases da cooperação, desde o planejamento até a implementação, para garantir uma parceria genuína e eficaz.

A efetiva participação da sociedade civil pode se manifestar em diferentes espaços e momentos. Congressos e seminários são fóruns adequados para promover o diálogo e a troca de ideias entre representantes da sociedade civil, especialistas e autoridades governamentais. Esses eventos proporcionam uma plataforma para o compartilhamento de conhecimentos, a discussão de estratégias e o desenvolvimento de abordagens colaborativas. Além disso, a criação de canais permanentes de encontros entre a sociedade civil e o governo é essencial para manter uma comunicação contínua e construtiva. Mecanismos como comitês consultivos, conselhos setoriais ou grupos de trabalho podem ser estabelecidos para permitir uma colaboração regular e a contribuição efetiva da sociedade civil nas decisões relacionadas à cooperação internacional, incluindo aquelas específicas para a relação com a China.

No contexto do Governo Lula, a sociedade civil pode direcionar seus esforços para interagir com ministérios e agências responsáveis pela formulação e implementação de políticas externas e de cooperação internacional. Estabelecer parcerias com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento pode ser particularmente relevante. Além disso, a interação com representantes do Congresso Nacional, por meio de audiências públicas e outros mecanismos participativos, pode fortalecer a influência da sociedade civil nas decisões relacionadas à cooperação bilateral com a China.

A promoção de eventos culturais e artísticos se apresenta como uma estratégia eficaz para enriquecer a compreensão mútua e celebrar a diversidade cultural sino-brasileira. Festivais, exposições e apresentações artísticas tornam-se manifestações tangíveis desse intercâmbio, proporcionando oportunidades concretas para as comunidades se aproximarem e compartilharem experiências. Por exemplo, a realização de festivais culturais, nos quais artistas chineses e brasileiros possam apresentar suas expressões artísticas, não só proporciona entretenimento, mas também cria um espaço de diálogo cultural. Nesse contexto, a atuação conjunta do Ministério da Cultura e do Itamaraty pode potencializar essas iniciativas, promovendo uma cooperação eficaz entre as esferas cultural e diplomática. Em primeiro lugar, o Ministério da Cultura pode desempenhar um papel fundamental na concepção e organização de eventos culturais que destaquem as tradições artísticas tanto do Brasil quanto da China. Isso incluiria a coordenação de festivais, exposições de arte, concertos e outras manifestações culturais que promovam a interação direta entre as comunidades.

A colaboração com o Itamaraty é crucial para garantir o apoio diplomático necessário e a facilitação de acordos bilaterais para a realização desses eventos. O Itamaraty pode auxiliar na negociação de parcerias, na obtenção de recursos e na superação de possíveis obstáculos logísticos, contribuindo assim para o sucesso e a relevância dessas iniciativas culturais. Além disso, a cooperação entre o Ministério da Cultura e o Itamaraty pode se estender à promoção desses eventos em âmbito internacional. Esforços conjuntos de marketing e comunicação podem destacar a riqueza da colaboração cultural sino-brasileira, fortalecendo a imagem dos dois países no cenário global.

A facilitação de diálogos abertos e fóruns inclusivos representa um terceiro aspecto crucial para fortalecer os laços entre Brasil e China. Estimular discussões construtivas entre membros da sociedade civil, acadêmicos, empresários e representantes governamentais proporciona uma plataforma rica para o intercâmbio de ideias e experiências. Exemplos de atores nesses diálogos podem incluir organizações não governamentais (ONGs) focadas em cooperação internacional, instituições acadêmicas que promovem estudos sino-brasileiros,

empresas com interesses nos dois países e representantes de agências governamentais responsáveis por relações exteriores.

A promoção de parcerias institucionais entre organizações da sociedade civil brasileira e seus homólogos chineses é uma prática eficaz para fomentar intercâmbios e colaborações em áreas de interesse comum, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada entre os dois países. Estimular redes de contatos entre organizações não governamentais, instituições acadêmicas e grupos comunitários é uma estratégia que visa sustentar a interação constante. O estabelecimento de fóruns de discussão, plataformas online e eventos presenciais que reúnam representantes dessas entidades é crucial para fortalecer as relações e promover o intercâmbio de informações e experiências.

Recursos para facilitar esses diálogos podem ser alocados para a organização de conferências, workshops e seminários que reúnam especialistas, líderes comunitários, empresários e autoridades governamentais. Além disso, a criação de plataformas online interativas pode ampliar o alcance dessas discussões, permitindo a participação de um público mais amplo e diversificado. Ao fornecer espaço para o compartilhamento de conhecimento e perspectivas, esses diálogos podem contribuir significativamente para o fortalecimento dos laços culturais, educacionais e econômicos entre Brasil e China.

Referências bibliográficas:

A extrema-direita: Um fenômeno global - Esquerda Online. Esquerda Online. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-fenomeno-global/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

O encanto radical na América Latina. ISTOÉ Independente. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-encanto-radical-na-america-latina/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

ADLER, Katya. Far-right parties on the rise across Europe. BBC News. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-66056375>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA, Gustavo Mendes de; ACIOLI, Mirella; LIME, Nicole; SALES, Rafael; WATANABE, Tatiane. A nova direita na América Latina. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/12/01/a-nova-direita-na-america-latina/>. Acesso em: 12 out. 2023.

ANTUNES, Ricardo. Fenomenologia da crise brasileira. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 09-26, jul./dez. 2015.

ASHBY, Heather. Far-Right Extremism Is a Global Problem—and the World Needs to Come Together to Address It. Foreign Policy. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2021/01/15/far-right-extremism-global-problem-worldwide-solutions/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BADIOU, Alain. Do “Fascismo Democrático” a um novo comunismo? Revista IHU on-line, São Leopoldo, 5 set. 2017.

BBC NEWS. Por que bolsonaristas e direita dos EUA se inspiram em Viktor Orbán, da Hungria - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62435752>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BBC NEWS. Quem é Beatrix Von Storch, líder da extrema-direita alemã que se reuniu com Bolsonaro - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57978671>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

BENITES, Afonso. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. El País Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BLEE, K. M. Ethnographies of the Far Right. Journal of Contemporary Ethnography, 2007.

BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2015.

CAIO SPECHOTO ; PAULO SILVA PINTO. Embaixador chinês relata ameaça depois de responder Eduardo Bolsonaro. Poder360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/embaixador-chines-relata-ameaca-depois-de-responder-eduardo-bolsonaro/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Revista Argumentum*, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), volume 15, número 2, 2021.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos Chineses no Brasil em 2022: Tecnologia e Transição Energética*. CEBC. Rio de Janeiro, 2023.

CARIELLO, Túlio. *Investimentos Chineses no Brasil: Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)*. Rio de Janeiro, 2021.

CAVALCANTI, Lucas. Encontro Lula e Xi Jinping: o que muda nas relações Brasil-China? Politize.com.br. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/relacoes-brasil-china/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China). *Investimentos Chineses no Brasil – Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020)*. 2021.

CERVO, Amado. *O Desafio Internacional: A Política Externa Brasileira de Sarney a Collor*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

China: capitalismo de Estado ou socialismo de mercado? Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/05/china-capitalismo-de-estado-ou-socialismo-de-mercado/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CNN. Lula e Xi assinam 15 acordos envolvendo governos de Brasil e China; veja a lista. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-e-xi-assinam-15-acordos-envolvendo-governos-de-brasil-e-china-veja-a-lista/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

COUTINHO, Joana A.; FERREIRA, John Kennedy; GAUDIO, Rogata Soares del (organizadores). Apresentação do Dossiê Ascensão da Extrema Direita: Utopia Reacionária? Parte II. In: *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, Uberlândia, v. 12, n. 1, 2022.

DELGADO, Malu. Afinal, o que é o “Centrão”? Goethe.de. Disponível em: <<https://www.goethe.de/prj/hum/pt/dos/ctr/24737158.html>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Educação na China e no Brasil: intercâmbio e cooperação científica entre os dois países em debate. Edgardigital - UFBA. Disponível em: <<https://www.edgardigital.ufba.br/?p=20555>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

Embaixada da China rebate Eduardo Bolsonaro e ameaça com consequências negativas. Uol.com.br. Disponível em: <<https://www.band.uol.com.br/noticias/embaixada-da-china-rebate-eduardo-bolsonaro-e-ameaca-com-consequencias-negativas-16317138>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

FOLHA DE S. PAULO. Ninguém provou que Trump e Bolsonaro erraram origem do Sars-CoV-2. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2021/05/ninguem-provou-que-trump-e-bolsonaro-erraram-origem-do-sars-cov-2.shtml>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FUKUSHIMA, Kátia Alves; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. A ascensão da extrema direita e as consequências para as democracias. *Argum.*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 4-5, maio/ago. 2021.

Global Counterterrorism Forum (GCTF) - Home. Thegctf.org. Disponível em: <<https://www.thegctf.org/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

Governo brasileiro ressalta papel estratégico da relação com a China em reunião da COSBAN. Planalto. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/governo-brasileiro-ressalta-papel-estrategico-da-relacao-com-a-china-em-reuniao-da-cosban>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

GRAMSCI, A. Escritos políticos, v. 2. Org. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HEARN, Adrian H.; LEÓN-MANRÍQUEZ, José Luis (eds.). China Engages Latin America: Tracing the Trajectory. London: Lynne Rienner, 2011.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. Tempo do Mundo (RTM), v. 2, n. 1, jan. 2016.

HOBBSAWM, E. J. (1994). "The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991." Aborda o contexto histórico do socialismo real e suas transformações.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (organizador). Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016.

HORTA, Loro. "Brazil's Africa Strategy: Role Conception and Practice". International Journal, 2018.

IGNAZI, Piero. Extreme Right Parties in Western Europe. New York: Oxford University Press, 2013.

Investimentos no Brasil ajudarão China a atender demanda interna. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/investimentos-no-brasil-ajudarao-china-atender-demanda-interna>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

JAMIL CHADE. Vacina, 5G e comunismo: o discurso casado de Bolsonaro e Trump contra China. Uol.com.br. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/01/aliado-de-trump-bolsonaro-vive-dependencia-inedita-da-china-no-comercio.htm>>. Acesso em: 14 out. 2023.

JESUS, Diego Santos Vieira de. The Strategy of Chaos: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro (2019-2022). International Journal of Social Science Studies, [S.l.], v. 10, n. 6, p. 1-1, nov. 2022.

KISSINGER, Henry. On China. Tradução de João Rezende Costa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LEMONS, André. A República das Mídias Sociais: Comunicação, Política e Sociedade. Sulina, 2013.

LIBÂNIO, Gilberto. Mr. Bolsonaro e os Chineses: uma sugestão de interpretação. *Brazilian Keynesian Review*, v. 4, n. 2, 2018.

LIMA, Maria; VERÍSSIMO, Michele. Relações Comerciais e Políticas entre Brasil e China no Século XXI e os Efeitos da Pandemia do Covid-19. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

LIMA, Renato Sérgio de et al. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. Revista do CESOP, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 89-116, mar. 2020.

LOUÇÃ, Francisco. A extrema-direita da América Latina - A Terra é Redonda. A Terra é Redonda. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-extrema-direita-da-america-latina/>>. Acesso em: 12 out. 2023.

MAGENTA, Matheus. O que é comunismo? - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-62520992#:~:text=Em%20geral%2C%20especialistas%20afirmam%20que,se%20conscientizando%20e%20se%20empoderando.>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MONTENEGRO, David Moreno. Comentário ao texto: “Despolitização e antipolítica: a extrema direita na crise da democracia”, de Luis Felipe Miguel. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2021.

MUDDE, Cas. "The Far Right and the European Elections.". Germany, 2014.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Polity Press, 2019.

MYERS, Margaret. *Brazil's China Challenge: Economic Engagement and Strategic Competition*. Inter-American Dialogue, 2019.

NEGRI, Camilo; LEMOS, Rebecca; PINTO, Simone. “Aconteceu também no Brasil”: a captura das redes de esperança pela extrema direita. *Cahiers des amériques latines*, n. 92, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cal/9889>>. Acesso em: 14 out. 2023.

NETO, Carlos Oliveira Jacques. *O elogio da ignorância: ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018*. Dissertação (Mestrado em Filosofia Política) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

NUNES, Rodrigo. *Do Transe à Vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PODER360. Eduardo Bolsonaro culpa China por pandemia e embaixada rebate. Poder360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-pandemia-e-embaixada-rebate/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

PODER360. Oposição crítica fala de Bolsonaro sobre a China e “guerra química”. Poder360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/oposicao-critica-fala-de-bolsonaro-sobre-a-china-e-guerra-quimica/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

PODER360. Tweet de Trump foi um “chamado” a apoiadores, diz comitê. Poder360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/tweet-de-trump-foi-um-chamado-a-apoiadores-diz-comite/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PORTAL DA CSPB. Brasil é um dos países que mais ameaça sua democracia. *Cspb.org.br*. Disponível em: <https://www.cspb.org.br/fullnews.php?id=26280_16-09-2022_brasil-um-dos-pa-ses-que-mais-amea-a-sua-democracia>. Acesso em: 14 out. 2023.

PRINSLOO, Cyril. *Bolsonaro and the BRICS: Bull in a china shop?*. South African Institute of International Affairs, 2019.

QUINAN, Rodrigo; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. *A Culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19*. In: *Dossiê Guerras Culturais*. 2021.

Quem somos. Aosfatos.org. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/quem-somos/>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

RACHMAN, Gideon. Por que Joe Biden é herdeiro das políticas de Donald Trump. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/08/07/anliseft-por-que-joe-biden-herdeiro-das-politicas-de-donald-trump.ghtml>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ROMANO, Giorgio. Artigo, Para repactuar relação com a China, Brasil deverá resistir à pressão interna e externa. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/19/artigo-para-repactuar-relacao-com-a-china-brasil-devera-resistir-a-pressao-interna-e-externa>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ROSA, Bruno. “Decisão do Brasil sobre 5G será referência para outros países”, diz presidente da Huawei. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/decisao-do-brasil-sobre-5g-sera-referencia-para-outros-paises-diz-presidente-da-huawei-25196218>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SANTORO, Maurício. The Dragon and the Captain: China in the Perspective of Brazil's Nationalist Right. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 258-269, dez. 2020.

SCHMIDT, Thales. Articulação de grupos e partidos da extrema direita global trabalha por Bolsonaro. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/27/articulacao-de-grupos-e-partidos-da-extrema-direita-global-trabalha-por-bolsonaro>>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUSA, Jessé. Junho: O Mês que Abalou o Brasil. Editora Leya, 2014.

SOUSA, João Roberto dos Reis de. O Conservadorismo na América Latina: Análise dos Programas de Governo Apresentados nas Eleições da Argentina de 2011, 2015 e 2019. Revista Textos Graduados, Volume 8, Número 1, Janeiro de 2022.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

SPEKTOR, Matias. Brazil's Foreign Policy: A New Phase? Council on Foreign Relations, 2019.

SPRING, Jake. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. UOL Eleições 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>>. Acesso em: 14 out. 2023.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

WILDHAGEN, R. O.; TEODÓSIO, A. dos S. de S.; MANSUR, Y. S.; POLANCO, J. A. Novas Fronteiras Teóricas para a Responsabilidade Social Empresarial: O Papel das Empresas no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 9, n. 3, p. 3-23, 2016.